



**N Seguros, S.A.**

Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20  
Moreira da Maia 4470-440 Maia

info@nseguros.pt www.nseguros.pt  
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

# RELATÓRIO & CONTAS

Exercício de 2012

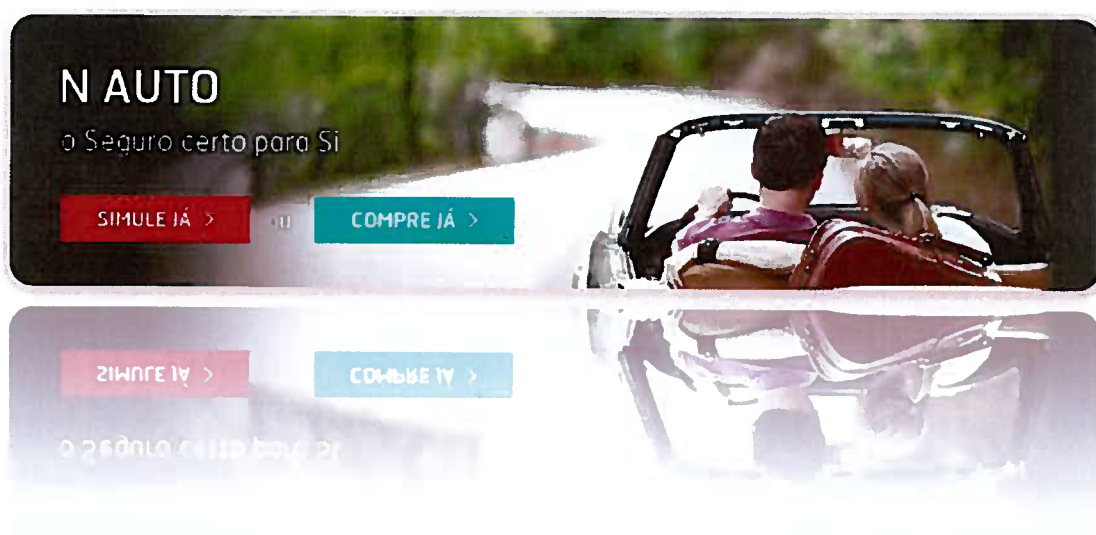
**N SEGUROS, S.A.**



# RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2012

**N SEGUROS, S.A.**

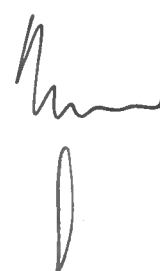


# Índice

<b>1. A ECONOMIA.....</b>	<b>4</b>
1.1 ECONOMIA MUNDIAL.....	4
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA.....	7
1.2.1 A Economia.....	7
1.2.2 O Mercado Segurador .....	8
<b>2. A N SEGUROS EM 2012 .....</b>	<b>11</b>
2.1.PRODUÇÃO .....	13
2.1.1. Volume de Prémios.....	13
2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos.....	13
2.1.1.3. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro.....	13
2.1.2.Quota de Mercado.....	13
2.1.3.Nº de Apólices e Nº de Clientes .....	14
2.2.RECURSOS HUMANOS .....	15
2.2.1.Quadro de Pessoal.....	15
2.3 PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2012 .....	16
2.3.1. Reestruturação do Site Institucional da N Seguros .....	16
2.3.2. Programa de Retenção de Clientes.....	16
2.3.3. Oferta – novos produtos.....	16
2.3.4. Gestão de Riscos .....	17
2.3.5. Controlo de Custos e Novas Parcerias .....	17
2.4.POSICIONAMENTO E IMAGEM.....	18
2.4.1.Promoção .....	18
2.4.2. Comunicação Institucional .....	18
2.4.2. Publicidade .....	18
2.4.3. Patrocínios Institucionais.....	19
2.4.4. Investimentos de Marketing.....	19
2.5. SINISTRALIDADE.....	20
2.5.1. Taxa de Sinistralidade.....	20
2.5.2.Sinistros em curso, abertos e encerrados .....	20
2.5.3.Taxa de Encerramento.....	21
2.6.RESSEGURO .....	22
2.7.ANÁLISE FINANCEIRA .....	23
2.7.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido .....	23
2.7.2.Despesas Gerais.....	23
2.7.3.Resultado Operacional .....	24
2.7.4.Investimentos .....	25
Relatório de Gestão .....	2



2.7.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência .....	25
2.7.6. Aplicação de Resultados .....	25
<b>3. PERSPETIVAS 2013.....</b>	<b>26</b>
3.1 ECONOMIA E ATIVIDADE SEGURADORA .....	26
3.2 A N SEGUROS EM 2013 .....	28
<b>4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO .....</b>	<b>29</b>
<b>5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS .....</b>	<b>30</b>
<b>6. ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>30</b>
<b>7. DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....</b>	<b>32</b>
1. ESTRUTURA DO GOVERNO .....	32
2. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	32
3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ATIVIDADE EXERCIDA NOS ÚLTIMOS ANOS .....	33
4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....	34
5. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES .....	34
6. REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (NOS TERMOS DO ART. 2º, DA LEI N.º 28/2009).....	35
7. REMUNERAÇÕES DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	35

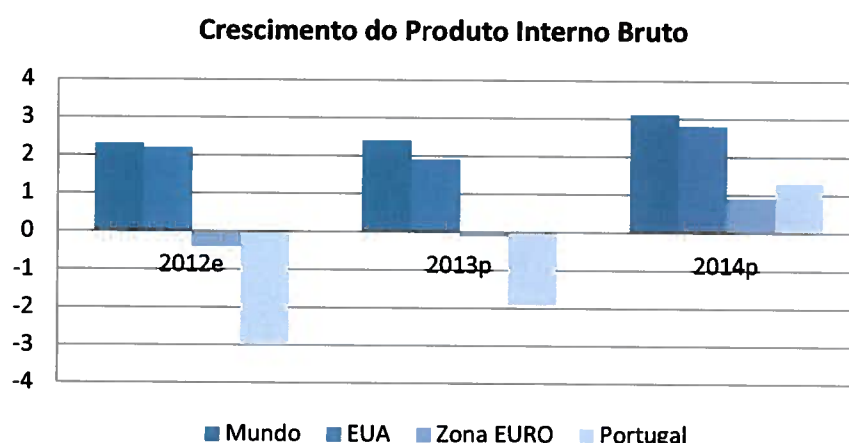


# 1. A ECONOMIA

## 1.1 Economia Mundial

O efeito cumulativo de medidas nacionais e europeias para aumentar a sustentabilidade fiscal e o incremento de medidas por parte do BCE para defender o Euro tiveram um impacto positivo nos mercados financeiros globais. Muitos indicadores de risco de mercado caíram, em 2012, para níveis equiparáveis do início de 2010 – ainda antes das preocupações sobre a sustentabilidade fiscal da Zona Euro serem conhecidas.

Assim sendo, é expectável que a economia mundial cresça 2,4%, em 2013, depois de um crescimento de 2,3%, em 2012. Para 2014, as estimativas do Banco Mundial apontam para um crescimento mundial de 3,1%. Quanto à Zona Euro, esta reflete, ainda, as incertezas que pairam sobre o crescimento europeu, pelo que só em 2014 se espera um crescimento de 1,4%.



Fonte: Banco Mundial e Banco de Portugal

Quanto ao crescimento das economias em desenvolvimento, estas aceleraram ligeiramente no quarto trimestre de 2012, nomeadamente no Brasil e na China. Os indicadores apontam, ainda, para uma continuada aceleração na Ásia e nos países do Pacífico, bem como, na Europa de Leste, verificando-se porém, um abrandamento na América Latina e nas Caraíbas.

Entre as economias desenvolvidas, o investimento e a atividade industrial nos Estados Unidos demonstraram fraquezas pouco habituais, aparentemente devido a incertezas ao nível da política fiscal. No Japão, a economia dá sinais de contração, em parte por causa da tensão política com a China, mas, também, por causa do fim do incentivo à

compra de automóveis. A atividade na Europa, no terceiro trimestre, parou de contrair a taxas alarmantes. Contudo, a economia parece ter enfraquecido novamente nos últimos meses do ano, talvez refletindo a fraca procura por bens de capital da parte dos Estados Unidos e do Japão.

Nos mercados financeiros, assistimos a uma tendência de subida liderada pelos principais índices bolsistas norte-americanos, que foram seguidos por alguns índices europeus e asiáticos, tendo-se alcançado níveis máximos dos últimos anos.

O contraste entre as situações económico-financeiras dos dois lados do Atlântico beneficiou os investimentos em ativos norte-americanos, enquanto na Zona Euro o perigo de implosão levou ao refúgio na bolsa alemã. A fuga foi pronunciada em Espanha, levando a que o IBEX 35 acabasse por não recuperar e fechasse 2012 com uma perda de 4.6%.

O PSI 20, por seu turno, chegou ao final do ano com um ganho de 6.2%, depois de ter registado em Junho o valor mínimo desde 1996. Esta situação extrema refletiu a intensificação da crise das dívidas soberanas nos países do Sul da Europa, o risco de rutura da UEM e o facto de a Espanha ter recorrido a ajuda externa para enfrentar as fragilidades do seu sistema bancário.

	PAÍS	ÍNDICE	VAR. % 2012
Europa	Alemanha	DAX	29%
	França	CAC 40	15.3%
	Portugal	PSI 20	6.2%
	Espanha	IBEX 35	-4.6%
EUA		Nasdaq	
		Composite	13.6%
		Dow Jones I.A.	7.2%
Ásia	Japão	Nikkei 225	21.6%
América Latina	Brasil	Bovespa	7%

No mercado cambial, assistimos a duas fases distintas do principal câmbio - EUR/USD. Se no primeiro semestre a implosão do euro, no culminar da crise das dívidas soberanas, era considerada provável, nos últimos seis meses de 2012 as medidas entretanto definidas e introduzidas pelo BCE permitiram diminuir o risco e apaziguar a turbulência dos mercados. No balanço final anual, o euro apreciou cerca de 2% face ao dólar.

Em resumo, 2012 revelou ser um ano com sinais contraditórios, nos quais se confirmaram alguns riscos sobre a economia mundial. Para um recomeço do ciclo de crescimento mundial, o desempenho das economias em desenvolvimento será fundamental, pois os sinais que vêm da zona Euro e dos Estados Unidos não parecem convencer.


## 1.2 Economia Portuguesa

### 1.2.1 A Economia

O ano de 2012 revelou-se bastante difícil para a economia portuguesa, cujo desempenho foi determinado pelas medidas de austeridade que resultaram do programa de assistência económica e financeira. As estimativas do Banco de Portugal apontam para uma queda de 3% no ano que agora termina. Esta evolução implica uma redução acumulada do PIB, de 7,4%, durante o período recessivo de 2009-2013.

	2012p	2013p	2014p
<b>Produto Interno Bruto</b>	-3	-1,9	1,3
Consumo Privado	-5,5	-3,6	0,1
Consumo Público	-4,5	-2,4	1,5
Formação Bruta de Capital			
Fixo	-14,4	-8,5	2,8
Procura Interna	-6,9	-4	0,8
Exportações	4,1	2	4,8
Importações	-6,9	-3,4	3,5

A forte contração do PIB resultou de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, que contrastou com o crescimento das exportações. Para 2012, estima-se que o consumo privado registe uma contração de 5.5%, ao passo que a FBCF deverá cair 14%. O consumo público deverá reduzir cerca de 4.5%, pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global contribuiu para uma queda das importações de cerca de 7%.

A evolução das exportações continuará a mitigar o impacto da redução da procura interna sobre a atividade económica, embora de forma mais limitada, em 2013. À semelhança do observado em 2012, em 2013 espera-se um crescimento virtualmente nulo da procura externa (0,3%) e as importações deverão voltar a contrair.

A inflação deverá estabilizar em torno de 1%, ao longo de 2013-2014. No entanto, a avaliação de riscos aponta para a possibilidade de um nível de inflação superior ao projetado, sobretudo em 2014.

As atuais estimativas do Banco de Portugal refletem a materialização de um crescimento económico mundial menos favorável do que o previsto anteriormente, provocando um impacto negativo sobre o crescimento das exportações e, consequentemente, da atividade económica.



A redução dos elevados níveis de endividamento externo da economia portuguesa, para valores sustentáveis, implica a manutenção dos excedentes da balança corrente e de capitais por um período prolongado. Tal só será possível num contexto em que as reformas estruturais, destinadas a promover uma afetação mais eficiente dos recursos, permitam um aumento da produtividade dos fatores, do produto potencial e do rendimento dos agentes residentes.

O grande desafio com que Portugal está confrontado neste momento é o de promover o desenvolvimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas nos mercados de trabalho, o aumento da eficiência do sistema judicial e a redefinição do papel do Estado são fatores fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá crescimento sustentável.

O esforço e os recursos despendidos com políticas de apoio à criação de emprego só terão sucesso se os entraves ao investimento forem removidos. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes económicos e sociais para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção do consenso institucional e da coesão social.

### 1.2.2 O Mercado Segurador

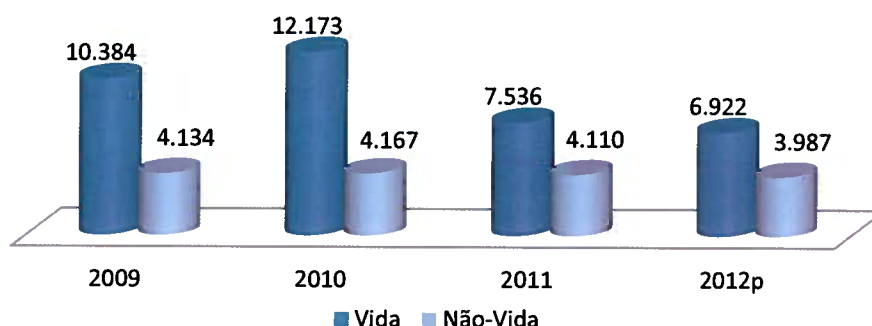
A produção no mercado segurador, em 2012, refletiu o desempenho da economia portuguesa em geral, tendo registado uma quebra de 6,3%, face ao ano anterior, o que significou um volume de receita com valores muito próximos dos observados em 2004.

Em comparação com a receita de 2011, os 10,9 mil milhões de euros de prémios e entregas processadas em 2012 representaram uma quebra de 800 milhões de euros, provocando uma nova erosão no rácio da produção face ao PIB, situando-se agora nos 6,40%, contra 6,86% em 2011, e do prémio per-capita, que atingiu 1.039 euros, em 2012, que compara com 1.112 euros observados em 2011.

Apesar deste recuo, a sua magnitude é bem diferente da que foi verificada no ano anterior, notando-se um claro esforço (sobretudo no ramo Vida) para as empresas manterem as suas quotas de mercado.



## Evolução dos Prémios



As fortes condicionantes económicas e políticas voltaram a contribuir para um decréscimo da produção do ramo Vida (-8,9%), fazendo com que este atingisse valores ligeiramente abaixo dos 7 mil milhões de euros. Ainda assim, este segmento continua a ser o que representa maior peso na estrutura de produção do sector segurador (63,5%).

2012 foi, ainda, um ano de assinalável contração nos ramos Não Vida (-3%), apesar deste efeito se ter revelado assimétrico entre os diferentes ramos, isto é, uns mais sensíveis a variáveis macroeconómicas do que outros.

O comportamento dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho refletiram a evolução da economia real, onde a pressão sobre a procura interna (decorrente da diminuição do rendimento disponível das famílias, da elevada tributação e das dificuldades de acesso ao crédito por parte das empresas) fez com que o conjunto dos dois ramos perdesse cerca de 156 milhões de euros (a produção do ramo de Acidentes de Trabalho diminuiu, cerca de 11% e a produção do ramo Automóvel, desceu, aproximadamente, 5%).

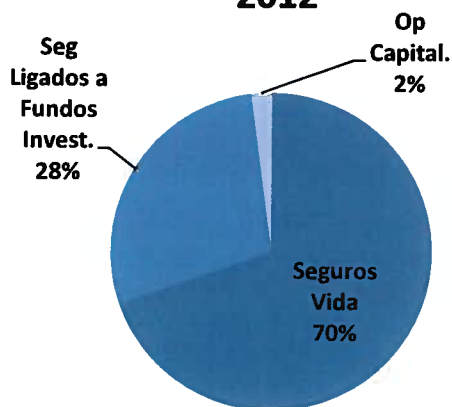
	2010	2011	2012p	Δ 12/11
<b>VIDA</b>	<b>12.173</b>	<b>7.536</b>	<b>6.922</b>	<b>-8,1%</b>
Seguros de Vida	9.602	5.504	4.819	-12,4%
Seg Ligados a FI	2.331	2.032	1.954	-3,8%
Oper Capitalização	241	0	150	-
<b>NÃO-VIDA</b>	<b>4.167</b>	<b>4.110</b>	<b>3.987</b>	<b>-3,0%</b>
Acidentes e Doença	1.357	1.305	1.262	-3,2%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	646	622	556	-10,7%
<i>Doença</i>	532	536	553	3,1%
Incêndio e Outros Danos	765	769	767	-0,2%
Automóvel	1.671	1.659	1.569	-5,4%
Restantes	374	377	388	2,8%
<b>TOTAL</b>	<b>16.340</b>	<b>11.646</b>	<b>10.909</b>	<b>-6,3%</b>

Fonte: ISP

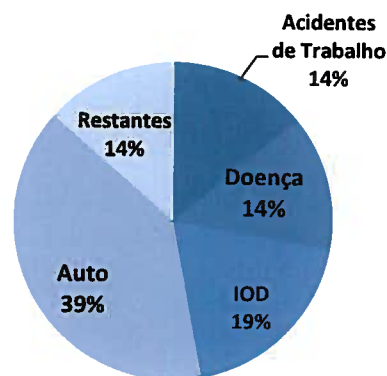
Nas diferentes modalidades do ramo Automóvel, o maior do segmento Não Vida, assistiu-se, em 2012, a uma quebra mais acentuada na modalidade de Veículos Terrestres (-6,7%) do que na de Responsabilidade Civil (-4,9%).

A quebra na primeira modalidade (onde se incluem os seguros de danos próprios) pode ser justificada pela necessidade de redução de custos sentida pelas famílias e empresas, resultando na redução de coberturas facultativas. Quanto à quebra sentida na modalidade Responsabilidade Civil, esta deverá corresponder, no essencial, a uma redução do prémio médio e à diminuição da matéria segurável.

### Composição Prémios Vida 2012



### Composição Prémios Não Vida 2012



Já os prémios de Doença evoluíram de forma positiva, tendo sido observado um crescimento de 2,2%, superior ao observado em 2011, mas inferior ao crescimento médio entre 2005 a 2010 (+7,5%).

Esta evolução demonstra, mais uma vez, o crescente interesse dos consumidores por este tipo de proteção. De um modo geral, a comodidade e celeridade que os seguros proporcionam no acesso aos cuidados de saúde, o custo relativamente acessível destes produtos, as crescentes limitações do sistema público de saúde e a acrescida confiança dos cidadãos no sector segurador, continuam a ser fatores que favorecem o desenvolvimento deste ramo.

O ramo de Incêndio e Outros Danos manteve os níveis de produção do ano anterior. Os restantes ramos apresentaram comportamentos mistos (Diversos: 5,2%; Marítimo e Transportes: 18,1%; Aéreo: -27,5%, e Mercadorias Transportadas: -5,6%).

## 2. A N SEGUROS EM 2012

Perante um quadro económico particularmente difícil e com reflexos diretos na evolução da atividade seguradora - conforme já referido - confirmaram-se as previsões de um ano de 2012 marcado por um sentimento de contenção e de diminuição do consumo interno. Assim, no presente exercício, assistimos a uma redução da matéria segurável e a uma acentuada diminuição da subscrição de coberturas facultativas (e.g. danos próprios, pessoas transportadas, etc.), resultando na redução do número de contratos em vigor e numa elevada pressão sobre os prémios brutos emitidos.

Apesar dos efeitos da contração económica e, como veremos adiante, do seu impacto na evolução nos prémios da Companhia, o processo de reestruturação iniciado em 2010 e o reforço e consolidação de medidas estruturais implementadas em 2011 e 2012 conferiram à N Seguros, S.A. (N Seguros) uma maior solidez, estabilidade e dinâmica comercial, resultando numa maior resiliência perante os efeitos conjunturais mais perniciosos.

Por outro lado, a solidez do Grupo e o melhor aproveitamento de sinergias demonstraram ser uma mais-valia no prosseguimento dos seus principais objetivos estratégicos: Qualidade, Eficiência, Rentabilidade e Crescimento., resultando numa progressiva consolidação do posicionamento da N Seguros e do seu reconhecimento e valia no seio do mercado segurador e, em particular, no conjunto das empresas de canais diretos.

Com efeito, as políticas instituídas e as medidas implementadas resultaram numa diminuição significativa dos custos com sinistros (-14%), com particular incidência nos sinistros ocorridos no ano (-20%), na redução dos gastos gerais (-2%), no aumento dos ganhos financeiros (44%) e, apesar de modesto, no crescimento dos prémios brutos emitidos (0,54%). Em referência a este último ponto, é de salientar que face ao comportamento do mercado no ramo Automóvel, o crescimento da N Seguros corresponde a uma melhoria de seis pontos percentuais e a um crescimento, de 14%, na quota de mercado da Empresa.

Por outro lado, salienta-se, ainda, que o prosseguimento de medidas mais restritivas ao nível da política de subscrição, e a manutenção do rigor e controlo na seleção de risco e saneamento de carteira, assim como, o aumento transversal dos prémios dos contratos em vigor e a revisão de algumas coberturas contribuíram para a contenção do crescimento, que apenas foi possível contrariar, em parte, por via de uma estratégia comercial baseada num modelo de comunicação segmentada e dirigida, na eficiência dos investimentos de marketing e na melhoria da qualidade do serviço, a qual se traduziu na redução das reclamações em 47%.



Por fim, tomando como referência a melhoria e consolidação dos principais indicadores operacionais e financeiros da N Seguros nos últimos 3 anos, estima-se que 2013 continue a demonstrar uma evolução favorável da sua atividade, eventualmente com maior expressão no aumento dos prémios do que na redução sinistralidade. Complementarmente, devemos voltar a assistir ao crescimento dos canais diretos e a uma, cada vez maior, procura de produtos e serviços denominados “low-cost”. Assim, perspectiva-se, para 2013, a continuação do crescimento sustentado e dos resultados positivos.



## 2.1. Produção

### 2.1.1. Volume de Prémios

#### 2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos

Apesar do efeito regressivo da atual conjuntura económica e do seu impacto na evolução dos prémios da atividade seguradora, em 2012, a N Seguros obteve um crescimento de 0,54%, que, embora modesto, contrasta com o comportamento do mercado segurador e, em particular, com a evolução dos prémios do ramo automóvel, que diminuíram 5,4%. Assim, no exercício em referência a N Seguros reforçou, ligeiramente, o seu posicionamento, pelo quarto ano consecutivo.

<i>(Milhares de euros)</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<b>Prémios Brutos Emitidos</b>	<b>12.040</b>	<b>12.105</b>

#### 2.1.1.3. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro

No que se refere aos prémios adquiridos e prémios adquiridos líquidos de resseguro, assistimos, em 2012, a um crescimento de 1,4% e 2,4%, respetivamente. Este crescimento resultou, por uma lado, de uma maior eficiência do binómio custos/garantias de algumas coberturas e, por outro, do efeito do aumento do peso dos contratos fracionados, em cerca de 4%, resultando na redução da provisão para prémios não adquiridos.

<i>(Milhares de euros)</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<b>Prémio Adquiridos</b>	<b>12.111</b>	<b>12.280</b>

<i>(Milhares de euros)</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<b>Prémio Adquiridos Líquidos de Resseguro</b>	<b>10.612</b>	<b>10.869</b>

### 2.1.2. Quota de Mercado

Tendo em conta os efeitos atrás referidos, assistimos, em 2012, a um pequeno reforço da quota de mercado da N Seguros.

	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<b>Quota de Mercado Não Vida</b>	<b>0,29%</b>	<b>0,31%</b>

	2011	2012
<b>Quota de Mercado Ramo Automóvel</b>	0,63%	0,72%

Por outro lado, considerando apenas o universo das seguradoras de canais diretos, a quota de mercado da N Seguros manteve-se, praticamente, inalterada, em comparação com 2011, demonstrando o potencial deste modelo de distribuição em períodos de contenção económica.

	2011	2012
<b>Quota de Mercado Ramo Automóvel</b>	12,03%	12,07%
<b>(Canal Direto) *</b>		

\* Via Directa / Ok Telesseguros, Seguro Directo, Seguros Logo e N Seguros.

### 2.1.3. Nº de Apólices e Nº de Clientes

Ao nível do número de apólices em vigor, verificou-se um ligeiro decréscimo em 2012: -0,2%, fruto de uma política de rigor na seleção de risco e saneamento de carteira e dos efeitos da atual conjuntura.

	2011	2012
<b>Nº de Apólices em Vigor</b>	64.881	64.753

Em linha com a redução do número de apólices, assistimos, também, a uma ligeira redução do número de clientes, face a 2011 (-0,7%), situando-se o número total de clientes um pouco abaixo dos 63 mil e quinhentos.

	2011	2012
<b>Nº de Clientes</b>	63.866	63.412

## 2.2. Recursos Humanos

### 2.2.1. Quadro de Pessoal

Alinhando a sua política de recursos humanos com as melhores práticas do mercado, a N Seguros procurou promover um clima de bem-estar e participação ativa na gestão das suas operações, valorizando, assim, os seus colaboradores e incentivando o desenvolvimento de novas competências. Complementarmente, a adequada gestão de expectativas e dos níveis de motivação permitiu reduzir o *turnover* e o absentismo, e promover o aumento da produtividade e da qualidade do trabalho realizado.

A estabilidade e qualidade da sua estrutura de recursos humanos têm-se revelado um ativo valioso na resposta a diversos desafios e no prosseguimento dos seus principais objetivos estratégicos.

O quadro de pessoal da N Seguros, no final de 2012, era composto por 46 colaboradores, dos quais 80% tinham vínculo por tempo indeterminado e 20% tinham vínculo a termo certo. Estes indicadores refletem a importância atribuída à gestão de recursos humanos e a preocupação em fomentar a estabilidade nas equipas, garantindo, assim, um serviço de excelência.

	2011		2012	
	Qt.	%	Qt.	%
<b>N.º Colaboradores</b>	43	100%	46	100%
<b>Área Operacional</b>	30	70%	33	72%
<b>Área Técnica</b>	12	28%	12	26%
<b>Área Mercado</b>	1	2%	1	2%
<b>Prémios / N.º Colaboradores (m€)</b>	280,01€		263,16€	
<b>N.º Apólices / Colaborador</b>	1.509		1.408	

O aumento do quadro pessoal em três colaboradores resultou da necessidade de substituir, temporariamente, alguns colaboradores, devido a ausências por licença ou baixa e da necessidade de reforçar, transitoriamente, a equipa, para assegurar o acréscimo de serviço decorrente da implementação de novos projetos.

Interessa referir, ainda, que a Companhia integra três colaboradores da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., através de contratos de cedência temporária (não indicados no quadro acima).



## 2.3 Principais Projetos Desenvolvidos em 2012

Os principais projetos desenvolvidos e implementados em 2012 resultaram da continuidade do plano estratégico definido para a Empresa e que tem vindo a garantir a consolidação do seu posicionamento, nomeadamente, no que se refere à sua capacidade e eficiência operacionais, ao rigor técnico, ao controlo de custos, à eficácia comercial e à rentabilização dos seus investimentos.

### 2.3.1. Reestruturação do *Site* Institucional da N Seguros

A reestruturação do *site* da N Seguros teve como objetivo acomodar o lançamento de novos produtos e permitir uma navegação multi-ramo. Na sua preparação foram realizados testes de usabilidade e identificadas melhorias que resultaram numa utilização mais simples, intuitiva e transparente.

Complementarmente à reestruturação da área externa do *site*, foram desenvolvidas novas funcionalidades e realizadas melhorias na área interna, que suporta todo o processo de simulação e subscrição. Considerando a importância estratégica desta ferramenta e numa perspetiva de melhoria dos índices de utilização, as referidas intervenções contribuíram para aumentar os rácios de concretização de contratos.

### 2.3.2. Programa de Retenção de Clientes

O programa de retenção de clientes, iniciado em 2011 e continuado ao longo de 2012, caracteriza-se pela integração de medidas de natureza tecnológica, operacional e de marketing, cujos efeitos consolidados permitiram a retenção de cerca de 30% das potenciais anulações do exercício.

### 2.3.3. Oferta – novos produtos

Desde 2010 que a N Seguros tem apostado na segmentação da sua oferta e no lançamento de novos produtos que, para além de facilitarem a comunicação com diferentes nichos de mercado, têm permitido melhorar os serviços prestados, pelo facto de melhor responderem às necessidades de cada cliente. Em pouco mais de 2 anos, foram lançados 6 novos produtos. Destes, 4 correspondem a segmentos específicos do mercado automóvel e 2 representam a entrada da N Seguros em novos ramos, nomeadamente, no ramo de Acidentes e Doença, através dos produtos *N Protecção* (acidentes pessoais), nas modalidades *Start e Top*, e *N Saúde*, igualmente



com as modalidades *Start e Top*, lançados em Julho e Setembro de 2012, respetivamente. Por outro lado, a aposta na qualidade, acessibilidade e simplicidade dos produtos são fatores chave que se têm procurado garantir.

#### 2.3.4. Gestão de Riscos

Ao nível da gestão de riscos, destaca-se a intervenção em duas áreas distintas, com impactos importantes nos resultados da Empresa. Por um lado, o programa de revisão dos investimentos financeiros permitiu reduzir, significativamente, o efeito da volatilidade do mercado de capitais e a exposição ao risco, resultando numa melhoria substancial dos ganhos financeiros da N Seguros. Por outro lado, o cuidado na seleção de risco e no saneamento de carteira, aliado à revisão da tarifa, resultou no aumento do prémio em todos os contratos em vigor (Fevereiro de 2012), permitiu corrigir o prémio de risco e contribuiu para a melhoria do rácio combinado.

#### 2.3.5. Controlo de Custos e Novas Parcerias

A escolha de novos parceiros resultou em benefícios claros ao nível dos investimentos em marketing, gerando ganhos de eficiência que permitiram reforçar a presença da N nos diversos meios digitais, reduzir custos e melhorar as taxas de conversão. Foi, assim, possível maximizar os recursos disponíveis e encontrar soluções que beneficiaram, claramente, o modelo de distribuição da N Seguros, valorizando os investimentos e rentabilizando as ações.



## 2.4.Posicionamento e Imagem

### 2.4.1.Promoção

O posicionamento e imagem da N Seguros, de acordo com a sua estratégia de marketing e de comunicação, assentam em princípios de segmentação, em detrimento de uma comunicação em massa. Neste quadro, assistimos, em 2012 a uma maior afirmação e consolidação da marca nos diversos meios digitais. Com efeito, a presença da Companhia na internet reforçou-se e diversificou-se no ano que agora termina (e.g. *permission e-mail marketing*, redes sociais, etc.).

Complementarmente, e embora o canal internet se tenha mantido como principal meio de divulgação de campanhas e de interação com o seu público-alvo, 2012 caracterizou-se, ainda, por uma aposta em ações de relações públicas e na realização de ações locais e patrocínios, conforme adiante melhor se explicita.

### 2.4.2. Comunicação Institucional

Com o intuito de renovar a imagem N Seguros nos meios *off-line* (já que nos meios digitais a sua presença é bastante forte), foi lançado, em 2012, um programa de comunicação institucional que procurou potenciar a notoriedade da marca, promovendo uma procura mais ativa por parte dos consumidores, apoiando o lançamento de novos produtos e noticiando as ações de responsabilidade social levadas a cabo pela Empresa.

Com notícias relativas às inúmeras campanhas realizadas ao longo de 2012 e a alguns patrocínios de referência, o programa de comunicação institucional da N Seguros teve uma aceitação muito interessante, por parte dos *media* e representou um significativo ganho em termos de eficiência dos investimentos realizados em comunicação.

### 2.4.2. Publicidade

Para além da publicidade realizada nos meios *on-line*, que representaram o essencial destes investimentos, foram, ainda, publicados alguns anúncios em revistas e realizados investimentos em Patrocínios, que permitiram uma exposição mediática específica e dirigida.



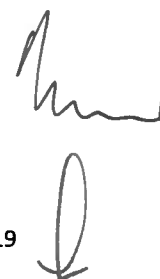
#### 2.4.3. Patrocínios Institucionais

Dando continuidade a uma política de patrocínios cujo posicionamento se destaca pela responsabilidade social, nomeadamente, no que diz respeito à participação em iniciativas cujos objetivos apresentem alguma relevância social e humanitária, destaca-se o patrocínio da “Corrida Sempre Mulher” - iniciativa sem fins lucrativos de apoio à prevenção do cancro da mama.

Pela sua importância mediática, salienta-se, também, o patrocínio do festival de música “Optimus Alive”. Para além da relevância desta ação em termos de cobertura nos *media*, a N Seguros procurou manter-se fiel aos seus princípios de responsabilidade social, criando um espaço dedicado às “futuras mães” que podiam assistir aos concertos em total segurança e conforto. Em complemento e apoio a várias iniciativas lúdicas, assegurou-se a presença de uma enfermeira obstetra, durante os 3 dias do festival.

#### 2.4.4. Investimentos de Marketing

Tal como em anos anteriores, a racionalização dos investimentos de marketing foi muito importante para a eficiência da operação da Companhia.



## 2.5. Sinistralidade

### 2.5.1. Taxa de Sinistralidade

Em 2012 assistimos a uma redução muito significativa da taxa de sinistralidade da N Seguros, que atingiu menos 12 pp, o que corresponde a uma variação de -14%, face ao ano transato. Este efeito deveu-se, em parte, à melhoria generalizada da sinistralidade no sector, em especial no ramo automóvel, resultando de um inverno menos rigoroso e da diminuição do tráfego automóvel.

No entanto, no caso particular da N Seguros, interessa referir que o bom desempenho deveu-se, no essencial, às medidas de saneamento de carteira, seleção de risco e segmentação de clientes. Salienta-se que a redução da sinistralidade da N Seguros, em 2012, foi aproximadamente, o dobro da redução do sector no referido ramo e que, das companhias que obtiveram crescimento, foi a que conseguiu uma maior redução de sinistralidade.

	2011	2012
<b>Taxa de Sinistralidade</b>		
(Custo com Sinistros/Prémios Brutos Emitidos)	86,6%*	74,3%*

\* O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui a imputação dos gastos gerais à função de sinistros

### 2.5.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados

Em consonância com a redução de sinistralidade, embora menos expressivo, nos processos abertos assistimos a uma redução de, aproximadamente, 2%, verificando-se, no entanto, uma diminuição do número de processo encerrados.

	2011 (Qt.)	2012 (Qt.)
<b>Sinistros Abertos</b>	13.036	12.770
<b>Sinistros em Curso</b>	2.902	3.009
<b>Sinistros Encerrados</b>	14.923	12.663

### 2.5.3.Taxa de Encerramento

No que respeita à taxa de encerramento de sinistros, em 2012, este indicador situou-se ligeiramente acima dos 99%. A redução da taxa de encerramento deve-se, fundamentalmente, ao menor número de processos pendentes e transitados de exercícios anteriores.

	2011	2012
<b><i>Taxa de Encerramento</i></b>		
<i>(n.º processos encerrados/n.º processos abertos)</i>	114,5%	99,2%

## 2.6. Resseguro

Neste âmbito, o resultado foi favorável para os Resseguradores e apresentou, em 2012, um saldo de 1.411 milhares de euros. A maioria dos prémios diz respeito às garantias contratadas no âmbito da assistência em viagem. Os correspondentes custos com sinistros são suportados pelo Ressegurador.

O rácio de cedência foi de 11,7%, em 2012, o que representa uma redução de 6,4%, face a 2011.

<i>(Milhares de euros)</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<b>Prémios</b>	<b>1.431</b>	<b>1.359</b>
<b>Provisões para prémios não adquiridos</b>	<b>68</b>	<b>52</b>
<b>Resultado</b>	<b>1.499</b>	<b>1.411</b>

Apresenta-se o painel de Resseguradores de suporte ao Programa de Resseguro de 2012 (Tratado de Automóvel), o qual manteve um excelente nível de *rating*:

<b>RESSEGURADORES</b>	<b>S&amp;P</b>
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	AA-
PARTNER RE PER AON BENFIELD	AA-
HANNOVER RUCK	AA-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A-
R+V PER AON BENFIELD	AA-
SCOR IBERICA LTD	A+
NACIONAL REASEGUROS PER AON BENFIELD	A-
SWISS RE EUROPE SUCURSAL ESPANHA	AA-
Groupe Azur	*

(\*) Não tem rating pelo facto de ser uma mútua de seguros não cotada em bolsa.

Destaca-se o importante papel desempenhado, em 2012, pela Companhia *Europ-Assistance*, no domínio da assistência em viagem.

## 2.7. Análise Financeira

### 2.7.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

No final do seu quinto exercício, a N Seguros apresentou um resultado líquido de, aproximadamente, 1,14 e 1,01 milhões de euros, antes e depois de impostos, respetivamente, o que representa uma recuperação de 3,98 milhões de euros face ao ano anterior, permitindo uma recuperação dos capitais próprios. O resultado alcançado em 2012 foi fruto da conjugação do aumento dos prémios, com a redução da sinistralidade, a redução dos gastos gerais, a redução dos custos com resseguro e a melhoria dos resultados financeiros, que no seu conjunto, determinou, também, a libertação de parte da provisão para riscos em curso (Outras Provisões Técnicas).

<i>(Milhares de euros)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Resultado Antes do Imposto</b>	-8.606	-5.451	-2.451	-3.500	1.139
<b>Resultado Líquido</b>	-8.614	-5.455	-2.453	-2.880	1.010
<b>Capitais Próprios</b>	3.886	-1.285	-4.216	-4.651	-3.362

Contudo, face a manutenção da situação de capitais próprios negativos (-3.362 milhões de euros), nos termos do Artº. 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração requereu, no âmbito da convocação da Assembleia Geral da N Seguros, S.A., a inclusão de um ponto específico na Agenda para se informar o Acionista desta situação e este poder tomar as medidas julgadas convenientes.

### 2.7.2. Despesas Gerais

No presente exercício, as despesas gerais da Companhia situaram-se um pouco acima dos 3,2 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de, aproximadamente, 2% face ao exercício anterior. Este indicador é demonstrativo do esforço e rigor praticados no âmbito do acompanhamento e controlo de custos da N Seguros.

<i>(Milhares de euros)</i>	2011	2012
<b>Custos com Pessoal</b>	966,0	999,7
<b>Conservação e Reparação</b>	2,9	9,9
<b>Rendas e Alugueres</b>	206,2	142,6
<b>Comunicação</b>	187,1	175,8
<b>Serviços Contratados</b>	633,7	456,8



<b>Despesas de Representação</b>	0,9	0,8
<b>Seguros</b>	6,7	6,0
<b>Publicidade e Propaganda</b>	676,9	662,2
<b>Reintegrações/Amortizações</b>	215,8	236,9
<b>Outros</b>	377,2	522,5
	3.273,3	3.213,06

O acréscimo de “custos com pessoal” foi compensado com a redução de “Serviços Contratados” em *outsourcing*, com benefícios na redução dos custos totais de 2012.

### 2.7.3.Resultado Operacional

No ano de 2012, o resultado operacional da N Seguros foi positivo, em cerca de 1,14 milhões de euros. A significativa melhoria, face a 2011, resultou das medidas que têm vindo a ser implementadas desde do início do processo de reestruturação, cujo efeito se acentuou em 2012, através dos indicadores referidos no *item* 2.7.1.

<i>(Milhares de euros)</i>	2011	2012
<b>Prémios Brutos Emitidos</b>	12.040	12.105
<b>PPNA (var.)</b>	-71	-174
<b>Custos com Sinistros</b>	11.518	10.042
<b>Outras Provisões Técnicas</b>	884	-1.558
<b>Resseguro</b>	1.499	1.411
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>	2.066	1.958
<b>Resultado</b>	-3.855	1.139

#### 2.7.4. Investimentos

O valor da carteira de investimentos da N Seguros, S.A. regista um montante de cerca de 17,1 milhões de euros, dos quais mais de 32% estão alocados a Depósitos.

<i>(Milhares de euros)</i>	2011		2012	
	<i>Euros</i>	<i>%</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
<b><i>Títulos do Estado</i></b>	1.794	9,49%	1.317	7,71%
<b><i>Fundos de Investimento</i></b>	1.337	7,07%	1.473	8,62%
<b><i>Obrigações Diversas</i></b>	3.753	19,85%	8.917	52,15%
<b><i>Ações</i></b>	273	1,45%	0	0,00%
<b><i>Liquidez (depósitos a prazo e à ordem)</i></b>	11.745	62%	5.379	31,48%
<b><i>Total</i></b>	18.903	100%	17.087	100%

A redução do valor total de investimentos decorreu da regularização de pendentes de tesouraria e do pagamento da dívida à Lusitania Companhia de Seguros, SA.

#### 2.7.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2012, devidamente representadas, sendo a taxa de cobertura da margem de solvência de 152%.

#### 2.7.6. Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5, do art. 66 do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2012, registando um lucro no montante de 1.010.095,59 euros, seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

### 3. PERSPETIVAS 2013

#### 3.1 Economia e Atividade Seguradora

Desafios importantes continuarão a dominar o cenário económico e financeiro em 2013, mas o ano poderá surpreender pela positiva, sobretudo porque as expectativas estão ainda em patamares muito baixos. Ao nível do crescimento global, a tendência deverá ser ascendente, ao contrário de 2012, que desapontou e que confirmou a dependência das economias emergentes do apoio dos seus maiores parceiros internacionais, como os EUA, a Zona Euro e Japão.

Neste contexto, espera-se que o crescimento global atinja os 2,4 por cento, em 2013, mas de uma forma geral, o ambiente económico permanecerá frágil e propenso a mais desapontamentos, embora os riscos existentes se configurem como menos severos do que em anos anteriores.

Apesar do relativo otimismo, permanecem alguns riscos que poderão condicionar o crescimento mundial em 2013: nos Estados Unidos, a definição de uma estratégia credível de consolidação orçamental e o aumento do limite da dívida pública; no Japão, a expectativa relativamente ao novo pacote de estímulos; na China, a performance da taxa de investimento poderá condicionar a atividade; na Europa, os diversos períodos eleitorais (Itália, Alemanha) e a evolução da situação política e económica dos países periféricos.

De facto, embora tenha diminuído a probabilidade de uma séria crise de confiança da Zona Euro (que levaria a um bloqueio dos mercados financeiros), torna-se necessário um crescimento continuado para melhorar os níveis financeiros destes países. Se as políticas para potenciar o crescimento falharem, neste momento crucial de reformas estruturais, alguns dos países mais vulneráveis poderão vir a encontrar-se fora do mercado de capitais, provocando uma queda no crescimento económico global.

Em Portugal, espera-se uma contração do PIB, em torno de 1,9%. Estas perspetivas continuam a ser marcadas pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto das medidas de consolidação orçamental, bem como, das condições de financiamento restritivas, no âmbito do processo de desalavancagem do sector bancário.

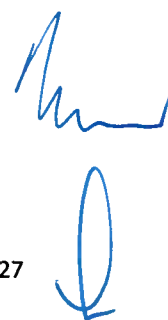
Manter-se-á, assim, um quadro recessivo resultante da queda da procura interna, acompanhada por um abrandamento das exportações. Contudo, na segunda metade do ano espera-se uma recuperação (embora limitada) da atividade económica.



Ainda que a um ritmo menos acelerado do que em 2012, as exportações (que deverão aumentar 2%, em 2013) continuarão a ser a componente da procura global com maior crescimento. O desempenho apático da economia na Zona Euro não tem permitido manter um nível forte de aceleração das exportações. Também por esse motivo, tem-se assistido a uma diversificação dos mercados de destino das exportações, no sentido de reforçar a presença nos mercados extracomunitários, que têm apresentado um crescimento mais dinâmico.

Ao nível do mercado segurador, não se preveem alterações significativas, em 2013, face às tendências dos últimos dois anos. Mesmo com uma inversão da evolução de alguns indicadores macroeconómicos, com a perspectiva do regresso de Portugal aos mercados e alguma melhoria no consumo interno, não é expectável que estes efeitos se traduzam numa melhoria significativa da confiança dos consumidores e, menos ainda, nos rendimentos disponíveis.

Assim, nos ramos Não Vida, e em especial no ramo Automóvel, o aumento de competitividade (para fazer face às fracas perspectivas de crescimento do mercado) e uma eventual melhoria da sinistralidade deverão reforçar a tendência de redução dos prémios praticados. Este efeito, embora possa trazer algum dinamismo a um mercado que não cresce, colocará maior pressão sobre os prémios de risco e consequentemente, sobre o equilíbrio dos rácios de exploração, cruciais numa conjuntura que ainda deverá ser marcada por alguma volatilidade e risco (embora menor) ao nível dos investimentos financeiros.



### 3.2 A N Seguros em 2013

A estratégia da N Seguros tem permitido, não só, ter um melhor controlo sobre o risco de subscrição e equilíbrio da carteira, como garantir o crescimento através da disponibilização de produtos e coberturas inovadoras, que melhor respondam às necessidades específicas de cada tipo de cliente. No enquadramento económico esperado, a oferta abrangente da N Seguros, aliada ao rigor no controlo de custos e investimentos e à excelência no serviço prestado, deverão permitir gerar algumas oportunidades de negócio, em 2013, apesar da conjuntura adversa. A estratégia de crescimento da N Seguros assentará na diversificação e inovação, com preços competitivos e ajustados ao risco de modo a garantir que os bons clientes não vejam os seus prémios agravados por efeito da sinistralidade excessiva de outros. A curto prazo, a N Seguros continuará a aumentar a sua oferta, quer ao nível de novos segmentos para o ramo automóvel, quer ao nível do lançamento de novos produtos.

Ainda neste âmbito, a gestão de parcerias e de protocolos assumirá, em 2013, um papel relevante na divulgação da oferta, na segmentação de clientes e na alavancagem do crescimento da Empresa.

No que se refere à política de marketing e de comunicação, e tendo em conta as melhorias e ganhos de eficiência verificados em 2012, prevê-se a manutenção das parcerias em curso, com a comunicação direcionada para o mercado digital (Internet/Site), sem descurar outros os meios complementares de comunicação e de interação com o mercado.

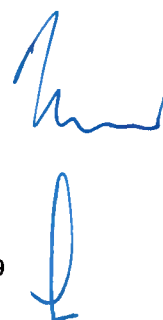
Não se prevendo alterações significativas no quadro macroeconómico, continuaremos a assistir a um crescimento dos canais diretos, o que deverá, progressivamente, aumentar a relevância deste modelo de distribuição no seio do sector segurador.

A política de rigor e transparência na seleção do risco, a resiliência no prosseguimento dos seus objetivos, a manutenção de uma visão e estratégia claras, o empenho, dedicação e profissionalismo dos seus colaboradores e o apoio do seu acionista serão determinantes para ultrapassar os desafios do próximo ano e para manter o ciclo de resultados positivos.



#### **4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO**

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e do art. 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, indica-se que, à data de 31/12/2012, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.



## **5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS**

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Empresa realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento, em 2012, foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, o qual teve em atenção a situação do mercado de capitais, tendo optado por uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos prevaleceu. Por esta razão, a utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada.

## **6. ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação na N Seguros, S.A., em 31.12.2012.

### **Participação de Acionistas**

De acordo com o n.º 4, do art. 448 do Código das Sociedades, informa-se que a LUSITANIA, Companhia de Seguros, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.



## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

### Reconhecimento

O Conselho de Administração entende ser seu dever expressar o seu reconhecimento e agradecimento público às seguintes entidades:

- ✓ Aos Clientes, pela preferência com que distinguiram a Companhia;
- ✓ Ao Acionista, pelo relevante apoio e confiança que tem demonstrado;
- ✓ Ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores, pela atenção com que acompanham o desenvolvimento da Companhia;
- ✓ Aos parceiros que acompanham e apoiam o esforço de desenvolvimento da Companhia;
- ✓ A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e dedicação.

Lisboa, 1 de Março de 2013

### O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima (Presidente)

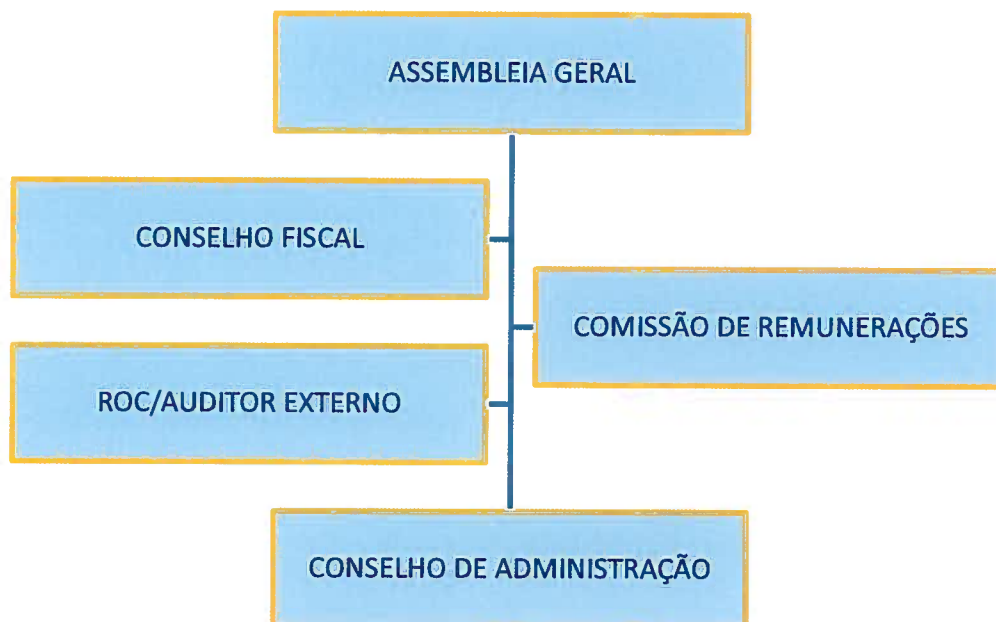


António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)



## ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários, a gestão da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração, composto por dois a quinze membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração eleito para o triénio 2010/2012 é composto por dois Administradores – um Presidente do Conselho de Administração e um Administrador.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Companhia com os mais amplos poderes. A Fiscalização dos atos de administração é exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos trienalmente em Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

### 2. Identificação e Composição dos Órgão Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Vitor José Melícias Lopes

Secretário

Joana Folhadela Marques

### **Conselho de Administração**

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador	António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

### **Conselho Fiscal**

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	Fernando Vassalo Namorado Rosa
Vogal	António Pedro de Sá Alves Sameiro

### **Revisor Oficial de Contas**

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

## **3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos**

### Virgílio Manuel Boavista Lima, Presidente do Conselho de Administração

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e Mestre em Gestão, pelo mesmo Instituto.

Atividade nos últimos anos:

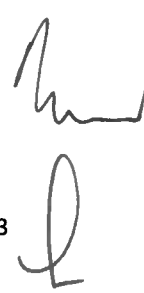
- Presidente do Conselho de Administração da N Seguros, SA, desde 2010;
- Administrador da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, desde 2008;
- Administrador da SILVIP, Sociedade Gestora de Fundos e Investimentos Prediais, SA;
- Administrador da *Société d'Investissement à Capitale Variable PVCi – Portugal Venture Capital Initiative*;
- Administrador da Caixa Económica de Cabo Verde;
- Administrador da “MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos”;
- Administrador da “MG Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios”;
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral e da Fundação Montepio Geral.

### António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Qualificação Profissional: Frequência do 4º ano do curso de Engenharia Técnica do Instituto Superior Técnico

Atividade nos últimos anos:

- Administrador da N Seguros, S.A. desde 2011;
- Diretor Coordenador da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. desde 2005;
- Diretor de Serviços da Lusitania Companhia de Seguros entre 1992 e 2005;



- Diretor Geral Adjunto da Pearl Portugal, Companhia de Seguros entre 1987 e 1992.

#### **4. Política de Remuneração**

A Comissão de Remunerações eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos órgãos sociais da Companhia.

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral, uma declaração contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

As remunerações dos órgãos sociais da N Seguros, S.A. foram aprovadas na Assembleia Geral de 27 de Março de 2012, não tendo havido qualquer atualização salarial no decorrer do exercício.

O Presidente do Conselho de Administração, Virgílio Manuel Boavista Lima e o Administrador, António Paulo Raimundo não auferem qualquer remuneração fixa e regular, nem lhes é atribuível qualquer componente de remuneração variável pelo exercício dos respetivos cargos.

Em matéria de Remunerações não existe recurso a consultores externos.

A proposta da política de remunerações para 2013, elaborada nos termos do estabelecido na circular do ISP n.º 6/2010, de 1 de Abril, tal como será apresentada à Assembleia de 25 de Março de 2013, consta do anexo ao relatório.

#### **5. Composição da Comissão de Remunerações**

A Comissão de Remunerações eleita, para o triénio 2010/2012, é composta por:

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vogal	José António de Arez Romão
Vogal	Maria Manuela Traquina Rodrigues


## 6. Remunerações Auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art. 2º, da Lei n.º 28/2009)

### a. Agregado

Conselho de Administração – 0 euros

Conselho Fiscal – 9.500 euros

### b. Individual

#### Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima - 0 euros

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo - 0 euros

#### Conselho Fiscal

José Augusto Perestrello Alarcão Troni - 3.500 euros

Fernando Vassalo Namorado Rosa - 3.000 euros

António Pedro de Sá Alves Sameiro - 3.000 euros

## 7. Remunerações do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O valor faturado pelos auditores externos/revisores, PriceWaterhouseCoopers, ascendeu, em 2012, a 66.860 euros (com IVA à taxa legal em vigor) e compreende os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas.





**N Seguros, S.A.**

Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20  
Moreira da Maia 4470-440 Maia

info@nseguros.pt www.nseguros.pt  
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2012

**N SEGUROS, S.A.**



## CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

		(valores em euros)		
	Rubricas	2012		2011
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total
5	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.868.802		10.868.802
5	Prémios brutos emitidos	12.105.432		12.105.432
5	Prémios de resseguro cedido	-1.358.943		-1.358.943
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	174.491		174.491
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-52.177		-52.177
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-10.042.312		-10.042.312
6; 8; 21	Montantes pagos	-11.004.731		-11.004.731
	Montantes brutos			
	Parte dos resseguradores			
6; 21	Provisão para sinistros (variação)	962.419		962.419
	Montante bruto	962.419		962.419
7; 21	Parte dos resseguradores			
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	1.557.471		1.557.471
8	Custos e gastos de exploração líquidos	-1.958.169		-1.958.169
8	Custos de aquisição	-1.451.732		-1.451.732
8	Custos de aquisição diferidos (variação)	-28.327		-28.327
	Gastos administrativos	-478.110		-478.110
		933.228		933.228
9	Rendimentos	922.280		922.280
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
9	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	10.948		10.948
	Outros			
	Gastos financeiros	-320.262		-320.262
10	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-88.482		-88.482
10	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-181.880		-181.880
10	Outros	-49.900		-49.900
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	79.631		79.631
11	De ativos disponíveis para venda	79.631		79.631
	De empréstimos e contas a receber			
	De outros			
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
12	Perdas de imparidade (liquidas reversão)	-264		-264
	De ativos disponíveis para venda	-264		-264
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado			
	De outros			
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro			
13	Outras provisões (variação)	-1.901		-1.901
14	Outros rendimentos/gastos	23.081		23.081
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas			
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda			
23	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.118.126	21.179	1.139.305
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-83.566	-1.583	-85.149
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-43.241	-819	-44.060
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	991.319	18.777	1.010.096
				-2.880.223

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar


Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Balmundo

**N SEGUROS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
**ATIVO**

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Exercício 31/12/12			Exercício 31/12/11
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/emortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	<b>ATIVO</b>				
15; 25	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	744.236		744.236	2.539.291
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
	Ativos financeiros detidos para negociação				
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
	Derivados de cobertura				
16; 25	Ativos disponíveis para venda	3.357.420		3.357.420	4.056.436
17; 25	Empréstimos e contas a receber	4.634.913		4.634.913	9.205.541
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	4.634.913		4.634.913	9.205.541
	Empréstimos concedidos				
	Contas a receber				
	Outros				
18; 25	Investimentos a deter até à maturidade	8.350.229		8.350.229	3.101.490
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio				
	Terrenos e edifícios de rendimento				
19; 25	Outros ativos tangíveis	1.905.949	1.001.089	904.860	1.051.046
	Inventários				
	Goodwill				
20; 25	Outros ativos intangíveis	469.481	469.480	0	16.853
	Provisões técnicas de resseguro cedido	398.429		398.429	450.606
21; 25	Provisão para prémios não adquiridos	398.429		398.429	450.606
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros				
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				
22; 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.676.895	4.252	2.672.642	2.803.961
22; 25	Contas a receber por operações de seguro direto	1.650.831	4.252	1.646.579	1.543.057
22; 25	Contas a receber por outras operações de resseguro	1.026.064		1.026.064	6.823
	Contas a receber por outras operações	606.808		606.808	1.254.080
23; 25	Ativos por impostos	3.474		3.474	682.850
23; 25	Ativos por impostos correntes	603.334		603.334	58.923
24; 25	Ativos por impostos diferidos	23.333		23.333	623.927
	Acréscimos e diferimentos				18.858
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>23.167.691</b>	<b>1.474.821</b>	<b>21.692.870</b>	<b>23.926.932</b>

Técnico Oficial de Contas  
*Gracia Mota*  
Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

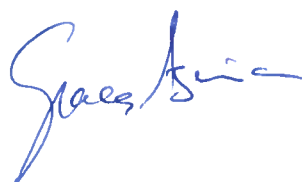
Conselheiro da Administração  
*Virgílio Lima*  
Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA  
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

(Valores em euros)

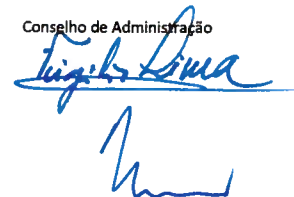
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Exercício 31/12/12	Exercício 31/12/11
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
	Provisões técnicas	13.882.720	16.732.655
21	Provisão para prémios não adquiridos	3.336.644	3.482.808
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	9.877.253	11.023.553
	De vida		
	De acidentes de trabalho		
21	De outros ramos	9.877.253	11.023.553
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
21	Provisão para riscos em curso	668.823	2.226.294
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	9.000.000	9.000.000
	Derivados de cobertura		
26	Passivos subordinados	9.000.000	9.000.000
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	212.300	932.836
27	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.455	5.995
27	Contas a pagar por outras operações de resseguro	121.182	329.616
27	Contas a pagar por outras operações	85.662	597.225
	Passivos por impostos	260.987	251.677
23	Passivos por impostos correntes	243.374	251.677
	Passivos por impostos diferidos	17.613	
24	Acréscimos e diferimentos	1.699.231	1.660.440
	Outras Provisões		
	Outros Passivos		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>25.055.238</b>	<b>28.577.607</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
28; 31	Capital	12.500.000	12.500.000
	Outros instrumentos de capital	2.500.000	2.500.000
	Reservas de reavaliação	23.414	-248.944
28; 31	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	23.414	-248.944
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	5.854	
	Outras reservas		
28; 31	Resultados transitados	-19.401.731	-16.521.508
28; 31	Resultado do exercício	1.010.096	-2.880.223
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-3.362.368</b>	<b>-4.650.675</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>21.692.870</b>	<b>23.926.932</b>

Técnico Oficial de Contas



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIACÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

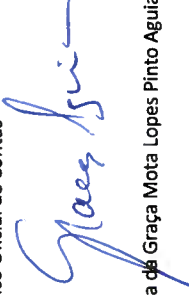
**Exercício 2012**

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
28; 31	Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (Balanço de Abertura)	12.500.000	2.500.000	-248.944		-16.521.508	-2.880.223	-4.650.675
28; 31	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			272.358				272.358
28; 31	Aplicação do resultado							
28; 31	Aumentos/reduções de capital					-2.880.223	2.880.223	
28; 31	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos				5.854			5.854
	Total das variações do capital próprio			272.358	5.854	-2.880.223	2.880.223	278.212
28; 31	Resultado líquido do período						1.010.096	1.010.096
	Balanço em 31 de Dezembro de 2012	12.500.000	2.500.000	23.414	5.854	-19.401.731	1.010.096	-3.362.368

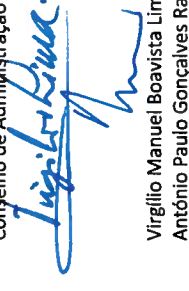
**Exercício 2011**

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
28; 31	Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (Balanço de Abertura)	12.500.000		-194.043		-14.068.322	-2.453.186	-4.215.551
28; 31	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-54.901				-54.901
28; 31	Aplicação do resultado		2.500.000			-2.453.186	2.453.186	
28; 31	Aumentos/reduções de capital							
	Total das variações do capital próprio		2.500.000	-54.901		-2.453.186	2.453.186	2.500.000
28; 31	Resultado líquido do período						-2.880.223	-2.880.223
	Balanço em 31 de Dezembro de 2011	12.500.000	2.500.000	-248.944		-16.521.508	-2.880.223	-4.650.675

Técnico Oficial de Contas

  
Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselheiro de Administração

  
Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Notas do Anexo		(valores euros)	
		2012	2011
28	Resultado Líquido do Exercício	1.010.096	-2.880.223
28	Reserva de reavaliação Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	272.358	-54.901
28	Impostos Diferidos Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	5.854	
	Resultado não incluído na conta de ganhos e perdas	278.212	-54.901
	Rendimento Integral do Exercício	1.288.307	-2.935.124

Técnico Oficial de Contas

*Graça Mota*

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

*Virgílio Manuel*

Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(valores em euros)

	2012	2011
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de prémios	12.019.806	12.055.510
Recebimentos de reembolsos		
Recebimentos de operações de cosseguro		
Recebimentos de operações de resseguro		
Pagamentos de sinistros	-10.103.751	-9.961.090
Pagamentos de comissões		
Pagamentos de estornos		
Pagamentos de operações de cosseguro		
Pagamentos de operações de resseguro	-1.560.554	-1.400.623
Pagamentos a fornecedores	-1.812.605	-1.962.058
Pagamentos ao pessoal	-974.970	-927.620
Fluxo gerado pelas operações	-2.432.073	-2.195.880
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	-29.115	-24.442
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	-117.080	-143.013
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	-2.578.268	-2.363.336
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	34.852	27.735
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	-11.771	-40.929
Fluxo das actividades operacionais	-2.555.188	-2.376.530
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	24.309.575	3.295.520
Investimentos financeiros - DP	4.500.000	
Activos tangíveis		
Rendas de propriedades de investimento		
Juros e proveitos similares	730.496	719.141
Dividendos	8.648	12.235
	29.548.719	4.026.897
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-28.532.840	-2.387.962
Activos tangíveis	-73.866	-33.203
Activos intangíveis	0	0
	-28.606.706	-2.421.164
Fluxo das actividades de investimento	942.013	1.605.732
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Outros instrumentos de capital		2.500.000
Cobertura de prejuízos		
	0	2.500.000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Amortização de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	-181.880	-231.857
Dividendos		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
	-181.880	
Fluxo das actividades de financiamento	-181.880	2.500.000
Variação de caixa e seus equivalentes		
Efeitos das diferenças de câmbio	-1.795.055	1.497.345
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.539.291	1.041.945
Caixa e seus equivalentes no fim do período	744.236	2.539.291
<b>Variação do ano</b>	<b>-1.795.055</b>	<b>1.729.202</b>

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

## Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

### 1. Informação Geral

A N Seguros, S.A. (“N Seguros”, “Companhia” ou “Seguradora”) foi constituída em 28 de Dezembro de 2007, tendo obtido autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) para explorar os ramos não vida no dia 13 de Dezembro de 2007. Contudo, iniciou a sua atividade em Fevereiro de 2008, tendo como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida”, designadamente o Ramo Automóvel.

Na sequência do processo de fusão por incorporação da Real Seguros, S.A. na Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Lusitania”), efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2009, o capital da Companhia passou a ser integralmente detido pela Lusitania.

A N Seguros, pessoa coletiva n.º 508 310 334, tem a sua sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte) - Lote 20, Moreira da Maia, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o mesmo número.

A N Seguros é uma empresa de seguros que desenvolve a sua atividade por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Estando autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal a comercializar produtos de diversos ramos Não Vida. Até 2011, a sua atividade incidiu exclusivamente no Ramo Automóvel (Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas) e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. A partir de 2012, e com o intuito de diversificar a sua oferta, a N Seguros passou a comercializar produtos do ramo Acidentes e Doença.

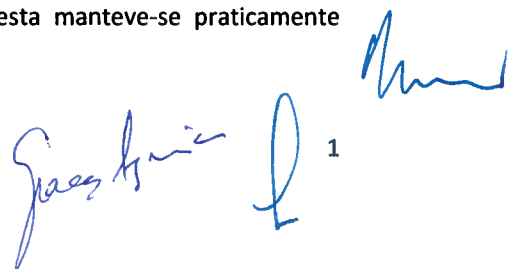
Em 2012, a produção do mercado segurador manteve a tendência de contração já verificada em 2011. Os valores divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) apontam para um volume total de negócio de 10,9 mil milhões de euros, o que representa uma quebra de 0,8 mil milhões e uma variação negativa de 6,3%, aproximando-se dos valores observados em 2004.

No que se refere à produção do ramo Vida o decréscimo foi de, aproximadamente, 8,9%, fazendo com que este ramo atingisse valores ligeiramente abaixo dos 7 mil milhões de euros.

Com um comportamento semelhante, os ramos Não Vida contraíram consideravelmente, ao contrário do que se tinha verificado em 2011, atingindo, em 2012, uma variação negativa de cerca de 3%. Quanto ao ramo Automóvel, este contraiu cerca de 5,4% no ano em referência, o que representa menos 90 milhões de euros.

Ao nível do “Mercado Direto”, composto por 4 seguradoras (N Seguros, Seguro Directo, OK Teleseguros e Logo), assistimos a uma ligeira melhoria do seu peso relativo no volume total de prémios Não Vida, e do ramo Automóvel. De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o “Mercado Direto” passou a representar 2,6% do total dos prémios Não Vida e 5,94% do total dos prémios do ramo Automóvel.

Em 2012, a quota de mercado da N Seguros cresceu 6,9% nos ramos Não Vida (0,31%) e 14,3% no ramo automóvel, para 0,72%. Quanto à sua quota do “Mercado Direto” esta manteve-se praticamente inalterada.



As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Março de 2013.

## **2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas**

### **2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentemente alterado pelas Normas n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

### **2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia ("UE"), ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012:


- IFRS 7 (alteração), "Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros, mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. (Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia).



Handwritten signature and initials in blue ink, likely representing the approval of the financial statements.

**2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2012 ou em data posterior**


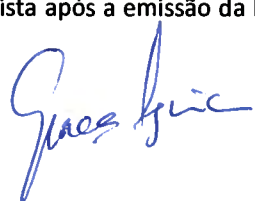

- IAS 1 (alteração), "Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como outros rendimentos integrais", consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 12 (alteração), "Impostos sobre o rendimento" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos, dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 19 (revisão 2011), "Benefícios aos empregados" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "outros rendimentos integrais" (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- Melhorias às normas – período 2009-2011, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013, ainda sujeitas ao processo de adoção pela UE. O processo de melhoria anual de 2009-2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias serão adotadas pela Companhia, quando aplicáveis, exceto as relativas à IFRS 1, por a Companhia já aplicar as IFRS.
- IFRS 1 (alteração), "Adoção pela primeira vez das IFRS" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 1 (alteração) "Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adotam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante

  
 3 



à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 10 (novo), "Demonstrações financeiras consolidadas" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 11 (novo), "Acordos conjuntos" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 12 (novo) – "Divulgação de interesses em outras entidades" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – "Regime de transição" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da UE. Clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – "Entidades gestoras de participações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 13 (novo) – "Justo valor: mensuração e divulgação" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 27 (revisão 2011) "Demonstrações financeiras separadas" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS

  
 4 

10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 28 (revisão 2011) "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 7 (alteração), "Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 32 (alteração) "Compensação de ativos e passivos financeiros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB a qual clarifica a expressão "deter atualmente o direito legal de compensação" e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 9 (novo), "Instrumentos financeiros – classificação e mensuração" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Companhia aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.


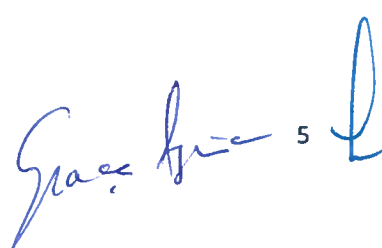
## 2.4 Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

### a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

  
 5



A N seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos de negócio automóvel, acidentes e doença.

Quanto ao segmento automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Atendendo à definição de critérios de agregação previsto no parágrafo 12 da IFRS 8, as coberturas de “Responsabilidade Civil”, de subscrição obrigatória, e dos ramos “Pessoas Transportadas”, “Assistência em Viagem” e “Proteção Jurídica”, de subscrição facultativa, são alvo de tratamento integrado. Isto é, tendo em conta que a subscrição das coberturas facultativas depende da subscrição da cobertura de “Responsabilidade Civil”, a Companhia considera que a sua agregação contribui para uma análise mais objetiva.

O segmento acidentes e doença será apresentado separadamente.

#### **b) Operações em moeda estrangeira**

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

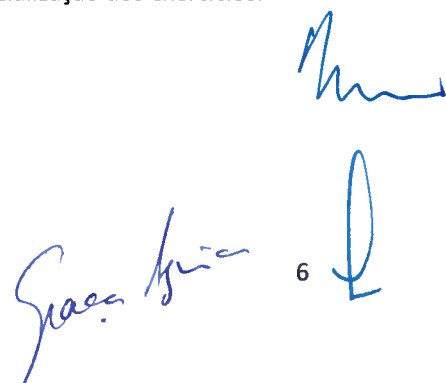
As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

#### **c) Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis da Seguradora encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se forem prováveis que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Seguradora. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'João Silva' and the initials are 'J.S.'.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **d) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

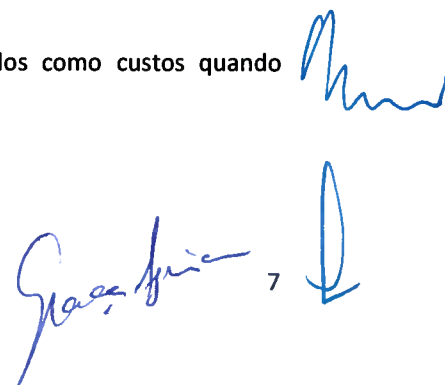
- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.



7

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

#### e) Ativos financeiros

##### i) Classificação

A Seguradora classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

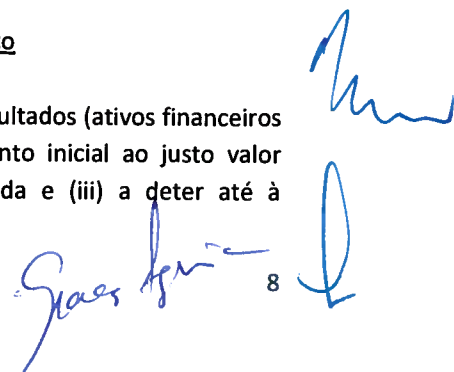
- Ativos financeiros detidos para negociação: adquiridos com o principal objetivo de serem transacionados e gerarem valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística. São reconhecidos ao justo valor, com a variação subsequente no seu justo valor a serem reconhecidos nos resultados;
- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subseqüentes no justo valor reconhecidas em resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Seguradora tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

##### ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas), (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à



8

maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Seguradora ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Seguradora tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Seguradora tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### **iii) Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor sendo as respetivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira), por contrapartida de resultados e; (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial), conforme descrito no parágrafo acima.

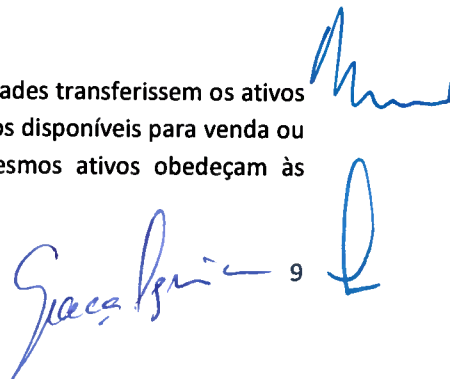
Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Seguradora estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (caso necessário podendo recorrer a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

### **iv) Transferências entre categorias**

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeçam às características de cada categoria.



Guacá 9

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas.

**v) Imparidade**

A Seguradora avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Seguradora considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);
- a Seguradora efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:


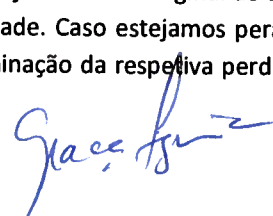

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de ganhos e perdas.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e que se verifique que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações) as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de

  
 10 



imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

**vi) Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008 de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Seguradora realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

**f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta "bifurcação", reconhece o ativo como um todo ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

11 *[Handwritten mark]*

#### **g) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Os passivos financeiros incluem o empréstimo subordinado constituído junto da Lusitania, Companhia de Seguros, SA.

#### **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **i) Capital social**

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

#### **j) Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

#### **k) Reservas de reavaliação**




As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

#### **l) Reserva por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### **m) Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Seguradora pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

  
  
12 

## **n) Contratos de seguro**

Os contratos de seguro comercializados pela Seguradora são contratos segundo o qual a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto especificado evento seguro o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

### **• Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

### **• Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

### **• Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “Pro-rata temporis”, por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 do Instituto de Seguros de Portugal, o método “Pro-rata temporis” é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.


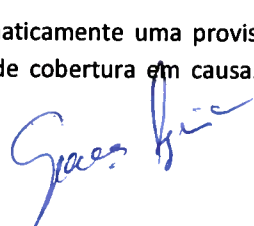

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

### **• Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Seguradora por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A

  
 13 



provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

#### **Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas**

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

#### **• Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

#### **o) Provisões técnicas de resseguro cedido**

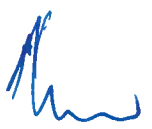
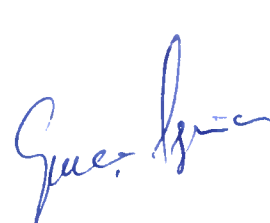

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

#### **p) Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

  
 14 

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

Os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### **q) Benefícios concedidos aos empregados**

##### **i) Plano de benefícios pós-emprego**

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

A primeira contribuição anual do empregador para o plano individual de reforma verificar-se -á:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

*Guilherme*

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respectiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

#### **ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)**

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, sendo o primeiro pago em 2013, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia

As responsabilidades da Companhia com prémios de permanência, dada a sua imaterialidade, não foram reconhecidas pela Companhia a 31 de dezembro de 2012.

#### **iii) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)**

A Seguradora concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

#### **iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.



#### **v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

#### **r) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.


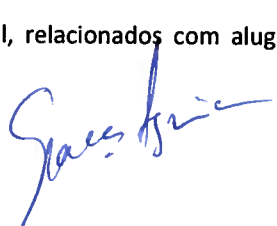

#### **s) Locações**

A Seguradora classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Seguradora à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Seguradora apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

  
  
17 

#### **t) Provisões, ativos e passivos contingentes**

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve de corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existe a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Seguradora são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Seguradora. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Seguradora é apresentada na Nota 2.

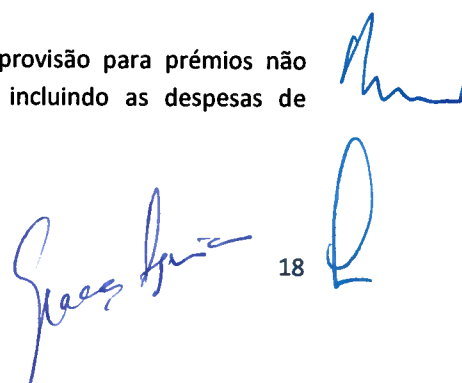
Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Seguradora, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Seguradora entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Seguradora e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **a) Provisões técnicas**

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Seguradora e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

The bottom right corner of the page contains three handwritten signatures in blue ink. Below the signatures, the number '18' is printed, indicating the page number.



Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Seguradora é reconhecido como perda nos resultados. A Seguradora estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Seguradora de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros fatores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Seguradora. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 22.

#### **b) Ativos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

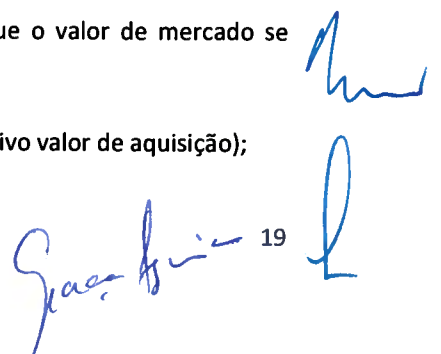
#### **c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

A Seguradora avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Seguradora considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);



19

- a Seguradora efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.

#### **d) Imposto sobre lucros**

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.



De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Seguradora, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **4. Reporte por segmentos**

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos de negócio – automóvel, acidentes e doença.

No segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

  
Guarantee 20 

O relato por segmentos da conta ganhos e perdas dos anos de 2012 e 2011 é apresentado nas tabelas seguintes:

(valores em euros)

RUBRICAS	2012				TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Não Segmentado	
Prémios Adquiridos	12.279.391	196	336		12.279.923
Custos com sinistros	-10.041.577	-670	-65		-10.042.312
Outras provisões e gastos técnicos	1.558.426	-955			1.557.471
Margem Técnica	3.796.240	-1.429	271		3.795.082
Resultado de Resseguro Cedido	-1.411.121				-1.411.121
Margem Técnica Líquida	2.385.119	-1.429	271		2.383.961
Custos de exploração	-1.958.057	-42	-70		-1.958.169
Resultado de Exploração	427.062	-1.471	201		425.792
Resultado financeiro	692.225	91	18		692.334
Resultado Técnico	1.119.287	-1.380	219		1.118.126
Outros Custos e Proveitos não Técnicos				21.179	21.179
Imposto s/Rendimento	-126.802	-2	-3	-2.402	-129.209
Resultado Líquido do Exercício	992.485	-1.382	216	-18.777	1.010.096

(valores em euros)

RUBRICAS	2011		
	Automóvel	Não segmentado	TOTAL
Prémios Adquiridos	12.111.285		12.111.285
Custos com sinistros	-11.517.569		-11.517.569
Outras provisões e gastos técnicos	-884.003		-884.003
Margem Técnica	-290.287		-290.287
Resultado de Resseguro Cedido	-1.499.178		-1.499.178
Margem Técnica Líquida	-1.789.465		-1.789.465
Custos de exploração	-2.065.900		-2.065.900
Resultado de Exploração	-3.855.365		-3.855.365
Resultado financeiro	367.161		367.161
Resultado Técnico	-3.488.204		-3.488.204
Outros Custos e Proveitos não Técnicos		-11.876	-11.876
Imposto s/Rendimento	619.857		619.857
Resultado Líquido do Exercício	-2.868.347	-11.876	-2.880.223

No exercício de 2011, a atividade da Companhia não incluía, ainda, os segmentos de Acidentes Pessoais e Doença.

*Guaracema* 21



O relato da posição financeira, referente aos anos de 2012 e 2011, apresenta-se como segue:

(valores em euros)		
ACTIVO	2012	2011
	Total	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	744.236	2.539.291
Outros investimentos financeiros	16.342.562	16.363.467
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.357.420	4.056.436
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.634.913	9.205.541
Outros depósitos	4.634.913	9.205.541
Investimentos a deter até à maturidade	8.350.229	3.101.490
Outros ativos tangíveis	904.860	1.051.046
Outros ativos	3.701.212	3.973.128
<b>Total</b>	<b>21.692.870</b>	<b>23.926.932</b>

(valores em euros)		
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2012	2011
	Total	
Provisões Técnicas	13.882.720	16.732.655
Outros Passivos Financeiros	9.000.000	9.000.000
Passivos Subordinados	9.000.000	9.000.000
Outros Credores	212.300	932.836
Passivos por Impostos	260.987	251.677
Acréscimos e Diferimentos	1.699.231	1.660.440
Capital Próprio	-3.362.368	-4.650.675
<b>Total</b>	<b>21.692.870</b>	<b>23.926.932</b>

## 5. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios brutos emitidos de seguro direto ascenderam no exercício de 2012 ao valor de 12.105.432 euros, representando um aumento face ao exercício anterior de 0,5%.

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro, em 2012, são como segue:

(valores em euros)							
	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios de resseguro adquiridos	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
<b>Seguro Directo</b>							
Acidentes Pessoais	461	-264	196	0		0	196
Doença	750	-414	336	0		0	336
Automóvel	10.530.009	170.367	10.700.376	-86.234	0	-86.234	10.614.142
Responsabilidade Civil	7.991.244	18.580	8.009.824	-86.234		-86.234	7.923.589
Outras coberturas	2.538.766	151.787	2.690.552	0		0	2.690.552
Protecção jurídica	334.300	2.759	337.058	0		0	337.058
Assistência	1.239.913	2.043	1.241.956	-1.272.709	-52.177	-1.324.886	-82.930
<b>Total</b>	<b>12.105.432</b>	<b>174.491</b>	<b>12.279.923</b>	<b>-1.358.943</b>	<b>-52.177</b>	<b>-1.411.121</b>	<b>10.868.802</b>

Em 2011 os prémios adquiridos líquidos de resseguro são como segue:

*Handwritten signature and date:*  
 22  
 2012

(valores em euros)							
	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios de resseguro adquiridos	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Directo							
Automóvel	10.529.166	44.668	10.573.834	-62.425	0	-62.425	10.511.409
Responsabilidade Civil	7.654.361	-89.779	7.564.582	-62.425	0	-62.425	7.502.157
Outras coberturas	2.874.805	134.447	3.009.252	0	0	0	3.009.252
Protecção jurídica	326.225	16.127	342.352	0	0	0	342.352
Assistência	1.185.093	10.006	1.195.099	-1.368.537	-68.216	-1.436.753	-241.655
Total	12.040.484	70.801	12.111.285	-1.430.962	-68.216	-1.499.178	10.612.107

Em 2012, assistimos a um ligeiro crescimento dos prémios brutos emitidos como resultado dos aumentos de tarifa efetuados em Agosto de 2011 e Fevereiro de 2012 e que abrangeram todas as apólices em vigor. Por outro lado, o aumento do volume de anulações devido a um maior rigor na política de subscrição, tendo em vista o saneamento de carteira de clientes da Companhia e os efeitos da atual conjuntura económica resultaram na contenção desse mesmo crescimento.

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2012, de 11,2% (2011:12%).

## 6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados na tabela seguinte:

(valores em euros)		
	2012	2011
<b>Montantes pagos</b>	<b>11.004.731</b>	<b>11.020.490</b>
Montantes Brutos	11.004.731	11.020.490
Parte de resseguradores	0	0
<b>Provisão para sinistros</b>	<b>-962.419</b>	<b>497.079</b>
Montante bruto	-962.419	497.079
Parte dos resseguradores	0	0
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>10.042.312</b>	<b>11.517.569</b>

O valor de montantes pagos brutos acima indicado inclui o valor de imputação à função de sinistros, no montante de 1.051.436 euros em 2012 e 1.059.400 euros em 2011.

O quadro seguinte detalha os custos com sinistros, para os exercícios de 2012 e 2011, por ramo:

(valores em euros)			
	2012	2011	Variação
<b>Montantes Pagos</b>	<b>11.004.731</b>	<b>11.020.490</b>	<b>-15.759</b>
Acidentes Pessoais	40		
Doença	65		
Automóvel	10.867.895	10.887.515	-19.619
Responsabilidade Civil	8.350.147	8.061.699	288.448
Outras coberturas	2.517.748	2.825.816	-308.068
Protecção jurídica	29.036	28.703	333
Assistência	107.694	104.272	3.422
<b>Variação da Provisão para Sinistros</b>	<b>-962.419</b>	<b>497.079</b>	<b>-1.459.498</b>
Acidentes Pessoais	630		
Doença			
Automóvel	-963.049	497.079	-1.460.128
Responsabilidade Civil	-353.183	755.302	-1.108.485

*Handwritten signature and date 23*

Outras coberturas	-609.866	-258.223	-351.643
Proteção jurídica	0	0	0
Assistência	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10.042.312</b>	<b>11.517.570</b>	<b>-1.475.258</b>

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2012	2011	Variação
Prémios brutos emitidos	12.105.432	12.040.484	64.949
Custos com sinistros SD	8.990.877	10.458.169	-1.467.292
Custos imputados função sinistros	1.051.436	1.059.400	-7.965
Custos de exploração	1.958.169	2.065.900	-107.731
Resultado técnico	1.118.126	-3.488.201	4.606.327
(1) Rácio de sinistralidade	74,27%	86,86%	-13%
(2) Rácio de despesas	24,86%	25,96%	-1%
(3) Rácio combinado	99,13%	112,81%	-14%
(4) Rácio operacional	9,24%	-28,97%	38%

- (1) Custos com sinistros SD / Prémios brutos emitidos;  
(2) (Custos imputados à função sinistros + Custos de exploração) / Prémios brutos emitidos;  
(3) Rácio de sinistralidade + rácio de despesas;  
(4) Resultado técnico / Prémios brutos emitidos.

A melhoria registada no rácio de sinistralidade deve-se fundamentalmente aos seguintes fatores: i) o aumento dos prémios brutos emitidos (embora ligeiro); ii) a política de seleção de risco e saneamento de carteira da Companhia; iii) a uma maior eficiência na gestão dos processos de sinistros, com redução do custo médio por processo e iii) os efeitos conjunturais da atual crise económica.

A diminuição do rácio de despesas resultou de uma gestão mais eficiente e de novas parcerias estabelecidas em 2012.

O aumento significativo do rácio operacional, em 2012, deveu-se à melhoria generalizada de todos os restantes rácios da Companhia, assim como, à libertação da provisão para riscos em curso no valor de 1.557 milhares de euros.

## 7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

Os 1.557 milhares de euros negativos reconhecidos nesta rubrica correspondem à variação da provisão para riscos em curso (libertação da provisão). Em 2011 a variação foi de 884 milhares de euros, correspondendo a um reforço da provisão. Adicionalmente ver a nota 22.

## 8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Custos de aquisição imputados	1.451.732	1.462.847
Custos de aquisição diferidos (variação)	28.327	125.365
<b>Total de custos de aquisição</b>	<b>1.480.059</b>	<b>1.588.212</b>

*Guacabara* 24

Custos administrativos imputados	478.110	477.688
<b>Total de custos administrativos</b>	<b>478.110</b>	<b>477.688</b>

<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>1.958.169</b>	<b>2.065.900</b>
---	------------------	------------------

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, pelas funções de Aquisição, Administrativa, Sinistros e Gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada em 2012 não sofreu alterações face ao exercício anterior.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

Descrição	2012				(valores em euros)
	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	272.185	226.029	492.683	8.803	999.700
Fornecimento e serviços externos	1.010.732	191.789	427.333	6.113	1.635.967
Impostos e Taxas	104.313	6.728	14.665	262	125.968
Depreciações do exercício	64.502	53.564	116.755	2.086	236.906
Juros suportados	0	0	0	181.880	181.880
Comissões	0	0	0	32.636	32.636
<b>Total</b>	<b>1.451.732</b>	<b>478.110</b>	<b>1.051.436</b>	<b>231.780</b>	<b>3.213.058</b>

Descrição	2011				(valores em euros)
	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	262.997	218.399	476.052	8.505	965.954
Fornecimento e serviços externos	1.041.893	203.796	462.388	6.240	1.714.316
Impostos e Taxas	99.211	6.709	14.624	261	120.805
Depreciações do exercício	58.746	48.784	106.337	1.900	215.767
Juros suportados	0	0	0	231.857	231.857
Comissões	0	0	0	24.576	24.576
<b>Total</b>	<b>1.462.847</b>	<b>477.688</b>	<b>1.059.400</b>	<b>273.339</b>	<b>3.273.275</b>

### Custos com pessoal

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

GASTOS COM PESSOAL	(valores em euros)	
	2012	2011
Remunerações:		
Órgãos Sociais	78.545	78.924
Pessoal	711.420	704.200
Encargos sobre remunerações	156.498	148.561
Benefícios de cessação de emprego	0	795
Seguros obrigatórios	16.763	12.490
Gastos de ação social	27.411	14.366
Outros gastos com pessoal	7.994	6.619

*Guilherme* 25

Benefícios pós-emprego	1.069	
<b>Total</b>	<b>999.700</b>	<b>965.954</b>

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), os quais não recebem qualquer remuneração pelos cargos exercidos, conforme detalhe das remunerações atribuídas na nota 30.

Durante o exercício de 2012 a Companhia teve ao seu serviço, 49 trabalhadores (2011: 46 trabalhadores), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro abaixo.

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2012 e 2011:



	2012	2011
Direcção	1	1
Chefias não comerciais	4	3
Técnicos	4	4
Administrativos	40	38
<b>Número médio de trabalhadores</b>	<b>49</b>	<b>46</b>

#### **Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida**

Conforme referido na Nota 2, alínea q), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do sector Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2 de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

O referido plano foi constituído junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2012 o montante das contribuições efetuadas ascendeu a € 1.069,00 (mil e sessenta e nove euros).

  26

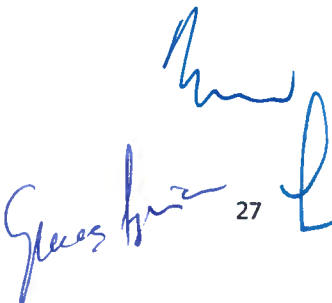
## Fornecimento e serviços externos

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	21.712	19.878
Combustíveis	4.986	5.102
Água	631	761
Impressos	7.215	1.865
Material de escritório	17.359	13.305
Livros e documentação técnica	173	185
Conservação e reparação	9.873	2.893
Rendas e alugueres	142.556	206.154
Despesas de representação	739	879
Comunicação	175.807	187.114
Deslocações e estadas	10.112	6.268
Seguros	6.047	6.710
Custos c/trabalho independente	-	-
Publicidade e propaganda	662.215	676.865
Limpeza, higiene e conforto	8.132	7.147
Contencioso e notariado	220	919
Vigilância e segurança	34.096	32.300
Trabalhos especializados	415.433	426.512
Quotizações da atividade	26.223	30.189
Gastos com cobrança de prémios	92.438	89.270
Outros		
<b>Total</b>	<b>1.635.967</b>	<b>1.714.316</b>

A rubrica de Fornecimentos e Serviços externos manteve um comportamento relativamente estável em relação ao ano anterior, sendo reflexo da manutenção da carteira da Companhia. Ainda assim e sendo sinal de uma maior eficiência nos gastos, foi possível reduzir o volume de Fornecimentos e Serviços Externos em 5%.

De salientar, ainda, que a diminuição das despesas da rubrica "Rendas e alugueres", deveu-se a uma revisão das licenças relativas a alugueres de material informático e, a diminuição da rubrica "Trabalhos especializados", à política de redução da Companhia com trabalhadores em *outsourcing*.

  
27

## Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Taxa para o ISP	29.295	29.138
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	96.212	91.132
Outros	462	535
<b>Impostos e taxas</b>	<b>125.968</b>	<b>120.805</b>
Ativos intangíveis (Nota 21)	16.853	16.879
Outros ativos tangíveis (Nota 20)	220.053	198.888
<b>Depreciações e amortizações do exercício</b>	<b>236.906</b>	<b>215.767</b>
Juros do empréstimo subordinado	181.880	231.857
<b>Juros suportados</b>	<b>181.880</b>	<b>231.857</b>
Comissões	32.636	24.576
<b>Total</b>	<b>577.391</b>	<b>593.005</b>

## 9. Rendimentos

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	(valores em euros)		
	2012		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável		10.948	10.948
Títulos de rendimento fixo	671.239		671.239
Empréstimos concedidos e contas a receber	251.041		251.041
<b>Total</b>	<b>922.280</b>	<b>10.948</b>	<b>933.228</b>

	(valores em euros)		
	2011		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável		12.235	12.235
Títulos de rendimento fixo	332.042		332.042
Empréstimos concedidos e contas a receber	441.899		441.899
<b>Total</b>	<b>773.942</b>	<b>12.235</b>	<b>786.177</b>

Esta rubrica registou um crescimento de 18,7% em 2012. Esta variação é explicada pelo desempenho da Carteira de Títulos de rendimento fixo da Companhia. A desmobilização do depósito a prazo no banco Finantia fez com que o valor dos juros tenha diminuído cerca de 43%. O capital foi reinvestido noutros títulos com rendimento fixo (obrigações e papel comercial), como resultado de uma política de diversificação de risco e tendo em conta o desempenho dos mercados financeiros, que apresentaram, em 2012, uma grande incerteza. Os rendimentos provenientes de títulos de rendimento variável registaram uma ligeira quebra relativamente ao ano transato.

*João Pereira*  
*Am*



## 10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros respeita, essencialmente, a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira no valor de 88.482 euros (2011: 95.371 euros) e (ii) custos imputados à função investimentos no valor de 231.780 euros (2011: 273.339 euros), dos quais 181.880 euros são juros do empréstimo (2011: 231.857 euros) (Ver nota 8).

## 11. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2012 e 2011, como segue:

(valores em euros)			
2012			
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>154.205</b>	<b>-74.574</b>	<b>79.631</b>
Instrumentos de capital e unidades de participação	101.411	-72.232	29.179
Títulos de dívida	52.794	-2.341	50.452

(valores em euros)			
2011			
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>31.449</b>	<b>-11.011</b>	<b>20.438</b>
Instrumentos de capital e unidades de participação	12.012	-10.534	1.477
Títulos de dívida	19.438	-477	18.961

## 12. Perdas de imparidade, líquidas de reversão

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2012 e 2011 desagregam-se como segue:

(valores em euros)		
	2012	2011
<b>De ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Instrumentos de capital e unidades de participação	-264	-70.744
Títulos de dívida		
<b>Total</b>	<b>-264</b>	<b>-70.744</b>

O quadro seguinte mostra os títulos que registaram imparidade, em 2012:

Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2011	Reforço do Ano	Libertação de Imparidades*	Saldo de imparidade a 31/12/2012
Ações	BRISA	PTBRIOAM0000	-9.800	0	9.800	0
Ações	SONAE SGPS (NOM)	PTSON0AM0001	-23.733	0	23.733	0
Ações	TELEFONICA	ES0178430E18	-15.690	0	15.690	0
Ações	GAS NATURAL SDG	ES0116870314	-6.313	0	6.313	0
UPFIM	BPI BRASIL VALOR	PTYPIYHM0012	-15.208	0	15.208	0
UPFIM	BPI UNIVERSAL LUX (I)	LU0220378623	0	-264	0	-264
<b>Total</b>			<b>-70.744</b>	<b>-264</b>	<b>70.744</b>	<b>-264</b>

\* Libertação de Perdas por imparidade por alienação de ativos



O quadro seguinte mostra os títulos que registaram imparidade, em 2011:

<b>Categoria de Investimento</b>	<b>Nome do Título</b>	<b>ISIN</b>	<b>Imparidade a 31/12/2010</b>	<b>Reforço do Ano</b>	<b>Libertação de Imparidades*</b>	<b>Saldo de imparidade a 31/12/2011</b>
Ações	EDP RENOVAVEIS	ES0127797019	-1.967	0	1.967	0
Ações	BRISA	PTBRI0AM0000	0	-9.800	0	-9.800
Ações	SONAE SGPS (NOM)	PTSON0AM0001	0	-23.733	0	-23.733
Ações	TELEFONICA	ES0178430E18	0	-15.690	0	-15.690
Ações	GAS NATURAL SDG	ES0116870314	0	-6.313	0	-6.313
UPFIM	BPI BRASIL VALOR	PTYPIYHM0012	0	-15.208	0	-15.208
<b>Total</b>			<b>-1.967</b>	<b>-70.744</b>	<b>1.967</b>	<b>-70.744</b>

\* Libertação de Perdas por imparidade por alienação de ativos

### 13. Outras provisões (variação)




A rubrica de Outras provisões (variação) diz exclusivamente respeito à variação do ajustamento de recibos por cobrar. O reforço do ano de 2012 foi de 1.901 euros, em comparação com os 1.318 euros do ano anterior.

### 14. Outros rendimentos/gastos

A rubrica Outros rendimentos/gastos teve em 2012 e 2011 a seguinte composição:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Multas não fiscais	-289	-330
Multas fiscais	-250	-428
Outros gastos	-3.500	-23.855
Outros custos e perdas financeiras	-7.733	-13.681
<b>Outros gastos</b>	<b>-11.771</b>	<b>-38.293</b>
Outros rendimentos e ganhos financeiros	53	25
Outros	34.799	27.707
<b>Outros rendimentos</b>	<b>34.852</b>	<b>27.732</b>
<b>Outros rendimentos/(gastos)</b>	<b>23.081</b>	<b>-10.561</b>

No que se refere à rubrica de Outros rendimentos – “Outros”, cerca de 82% do valor é explicado pelos rendimentos decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a AR Telecom.

  
 30 

## 15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(valores em euros)	
	2012	2011
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>		
Caixa	83	114
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	744.153	2.539.177
<b>Total</b>	<b>744.236</b>	<b>2.539.291</b>

Esta rubrica apresenta em 2012 uma diminuição significativa face ao ano anterior, pois reflete o acréscimo efetuado em finais de 2011, referente a prestações acessórias no montante de 2.500 milhões de euros, efetuada pelo acionista único da N Seguros, a Lusitania - Companhia de Seguros, SA.

## 16. Ativos disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.824.030	24.678	0	35.221	1.883.929
De emissões públicas	376.035	4.968	0	-8.665	372.338
De outros emissores	1.447.994	19.711	0	43.887	1.511.592
Ações					0
Fundos de Investimento	1.415.109		-264	58.645	1.473.491
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>3.239.139</b>	<b>24.678</b>	<b>-264</b>	<b>93.866</b>	<b>3.357.420</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e fundos de investimento.

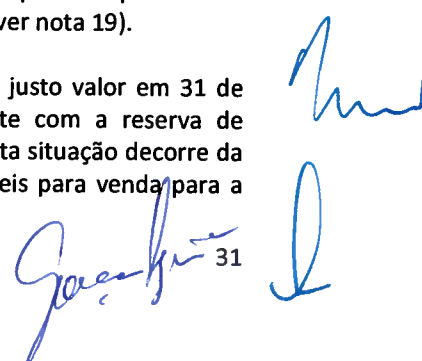
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.409.970	29.137	0	6.619	2.445.726
De emissões públicas	445.210	2.656	0	-8.284	439.583
De outros emissores	1.964.760	26.480	0	14.903	2.006.143
Ações	332.827		-57.503	-3.880	271.445
Fundos de Investimento	1.475.237		-15.208	-122.732	1.337.298
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>4.218.035</b>	<b>29.137</b>	<b>-72.711</b>	<b>-119.992</b>	<b>4.054.469</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e fundos de investimento.

O decréscimo verificado no valor dos ativos financeiros disponíveis para venda deveu-se, essencialmente, ao comportamento das obrigações relativamente ao ano transato.

Em 2011, a Companhia reclassificou ativos financeiros da categoria de ativos disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até à maturidade, no valor de 8.350.255 Euros (ver nota 19).

Conforme indicado no quadro acima, o montante da reserva de reavaliação ao justo valor em 31 de Dezembro de 2012 é de 93.866 Euros. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de reavaliação ao justo valor incluído no capital, cujo valor ascende 23.414 Euros. Esta situação decorre da reclassificação de ativos financeiros (dívida pública) classificados como disponíveis para venda para a



categoria de ativos a deter até a maturidade, em 2011. Esta reclassificação originou que estivesse ainda “congelado” na reserva de reavaliação ao justo valor, em 31 de Dezembro de 2012, um montante de 70.442. Euros, relativo a menos valias dos títulos reclassificados. Este valor irá continuar a ser amortizado (pelo método da taxa efetiva) até à maturidade dos títulos em causa.

O anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2012 podem ser analisadas como segue:


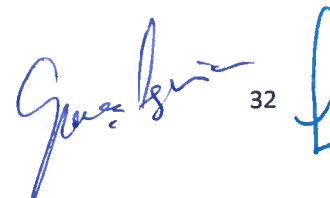
Título	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissões públicas						
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4.3%-31.10.2019	81.050	575		2.870		78.755
BONOS Y OBLIG. ESTADO-4.85%-31.10.2020	167.561	1.297		9.201		159.657
OT - 3.35% (15.10.2015)	48.321	353	809			49.483
OT - 3.85% (15.04.2021)	79.103	2.742	2.597			84.442
De outros emissores						
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV-23.07.2018	40.545	390		3.027		37.908
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 5.625%-04.12.15	404.517	1.664	6.583			412.764
PARPUBLICA 4.191% - 15.10.2014	291.436	2.652	614			294.702
BANCO ESPIRITO SANTO SA5.875%-09.11.2015	199.367	1.706	6.269			207.342
EDP FINANCE BV 5.75% - 21.09.2017	360.524	5.760	27.178			393.462
PORTUGAL TELECOM I.F.-5.625%-08.02.2016	151.606	7.538	6.269			165.413
Outros títulos de rendimento variável						
BPI HIGH INCOME LUX (I)	684.377		30.040			714.417
BPI UNIVERSAL LUX (I)	97.379				264	97.116
MUZIN-EUROPEYIELD_DISCRETION	633.353		28.605			661.958
<b>Total</b>	<b>3.239.139</b>	<b>24.678</b>	<b>108.964</b>	<b>15.098</b>	<b>264</b>	<b>3.357.420</b>

## 17. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Depósitos a prazo e equivalentes:		
<b>Capital</b>	<b>4.500.000</b>	<b>9.000.000</b>
Banco Montepio Geral (MG)	4.500.000	4.500.000
Finantia	0	4.500.000
Juro	134.913	205.541
<b>Total</b>	<b>4.634.913</b>	<b>9.205.541</b>

Ocorreu em 2012 a desmobilização do depósito a prazo mantido no Banco Finantia, causando uma diminuição dos valores desta rubrica, quer em termos de Capital, quer em termos de juros.

32

## 18. Investimentos a deter até à maturidade

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, do ISP, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, do ISP, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de sete obrigações de dívida pública, classificadas como ativos disponíveis para venda para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011.

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

Após a reclassificação dos ativos ocorrida no exercício anterior, o valor dos investimentos a deter até à maturidade aumentou. Do montante total de investimentos a deter até à maturidade a 31 de dezembro de 2012 no valor de 8.350.229, 1.844.031 euros dizem respeito a ativos reclassificados no exercício de 2011.

Durante o ano de 2012 foi reforçado o investimento neste tipo de títulos.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade a31 de Dezembro de 2012:

(Valores em Euro)						
31-12-2012						
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Alisamento (P/L)	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissões públicas						
OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014	167.000	169.046	151.010	6.348	3.963	154.973
OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	98.260	93.875	2.109	707	94.582
OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013	330.000	335.115	318.356	15.096	4.878	323.234
OT-3.6%-15.10.2014	200.000	200.550	193.826	3.377	1.519	195.345
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	92.750	91.171	1.535	2.426	93.597
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	80.055	80.430	1.206	2.355	82.785
OT - 5% - JUNHO - 2002/2012 (1)				4.562		
BILHETES DO TESOURO-CZ-17.02.2012 (1)				1.621		
De outros emissores						
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	80.000	74.850	71.191	5.895	40	71.231
BES-5.625%-05.06.2014	400.000	403.760	393.958	4.042	12.884	406.842
BES-TV-25.02.2013	100.000	99.585	98.818	7.390	116	98.934
PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013	250.000	246.875	246.011	4.838	4.219	250.230
BCP - 5.625% - 23.04.2014	100.000	100.660	100.718	-84	3.884	104.602
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	700.765	674.784	-3.491	13.392	688.176
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-3.25%-27.7.2012 (1)				1.160		
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV.(03.05.2012) (1)				2.386		
BANCO BPI-3% OB.HIP.SR.6-17.07.09/12 (1)				1.552		
BANCO BPI-TX.VAR.-25.01.2010/2012 (1)				362		
CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014	100.000	100.155	98.681	4.187	463	99.144
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	100.312	97.171	1.362	1.973	99.144
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	100.025	95.682	694	2.582	98.264
EFG HELLAS PLC-4.375%-11.02.2013	100.000	98.500	98.763	1.124	3.873	102.636
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	105.866	92.938	1.901	3.821	96.759
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	52.320	48.290	10.150	379	48.669
MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	100.000	100.217	101.179	1.335	3.188	104.367
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	80.000	80.100	73.713	443	625	74.338
PORTUGAL TELECOM INT FIN-6%-30.04.2013	100.000	101.075	100.667	-899	4.027	104.694
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	103.982	98.565	-2.061	815	99.380
ALPHA CREDIT GROUP-3.875%-17.09.2012 (1)				878		
BANIF FINANCE(CAY)-TV-05.22.2012 (1)				378		
ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 1ª 21/06/2012 - 14/06/2013	2.200.000	2.200.000	2.200.000		85.085	2.285.085
MARQUES DISTRIBUIÇÃO SGPS SA 16ª 06/11/2012 - 06/03/2013	500.000	500.000	500.000		4.779	504.779
ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 8ª 20/08/2012 - 18/02/2013	400.000	400.000	400.000		9.773	409.773
A SILVA & SILVA - 4ª 19/09/2012 - 19/03/2013	300.000	300.000	300.000		5.564	305.564
MARTIFER. SGPS 5ª 17/09/2012 - 15/03/2013	300.000	300.000	300.000		5.681	305.681
RAPORAL - 4ª 08/03/2012 - 04/03/2013	100.000	100.000	100.000		5.431	105.431
VISABEIRA TURISMO, SGPS SA 7ª 29/05/2012 - 21/05/2013	250.000	234.324	243.564	9.240		243.564
CELTEJO - EMP CELULOSE DO TEJO 6ª 11/10/2012 - 14/01/2013	400.000	394.507	399.181	4.674		399.181
CELBI - CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL, SA 6ª 11/10/2012 - 14/01/2013	150.000	147.940	149.693	1.753		149.693
ROLEAR MAIS 9ª 23/04/2012 - 21/01/2013	150.000	141.720	149.552	7.832		149.552
<b>Total</b>	<b>8.247.000</b>	<b>8.263.314</b>	<b>8.161.789</b>	<b>102.893</b>	<b>188.441</b>	<b>8.350.229</b>

(1) Estes títulos atingiram a sua maturidade no decorrer do ano de 2012.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade a31 de Dezembro de 2011:

(Valores em Euro)						
31-12-2011						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Alisamento (P/L)	Juro Decorrido (P/L)	Valor Balanço
<b>De emissões públicas</b>						
BILHETES DO TESOIRO-CZ-17.02.2012	140.000	138.971	139.273	4.516		139.273
OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	68.500	91.766	2.056	705	92.471
OT - 5% - JUNHO - 2002/2012	442.000	428.740	437.438	4.076	12.016	449.454
OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013	330.000	280.500	303.260	5.902	4.865	308.125
OT-3.6%-15.10.2014	200.000	143.000	190.449	3.309	1.515	191.964
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	55.000	89.635	1.505	2.420	92.055
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	46.634	79.224	1.185	2.349	81.573
BILHETES DO TESOIRO-CZ-18.11.2011				2.110		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-23.09.2011				5.217		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-21.10.2011				6.305		
<b>De outros emissores</b>						
BANCO BPI-3% OB.HIP.SR.6-17.07.09/12	100.000	97.100	98.448	2.783	1.369	99.817
BANCO BPI-TX.VAR.-25.01.2010/2012	100.000	98.750	99.638	5.138	444	100.082
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	80.000	47.200	65.296	5.393	188	65.484
BES-5.625%-05.06.2014	100.000	79.000	89.866	3.866	3.212	93.078
BES-TV-25.02.2013	100.000	84.500	91.428	6.819	247	91.675
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-3.25%-27.7.2012	50.000	46.811	48.840	1.961	697	49.537
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV.(03.05.2012)	100.000	92.000	97.614	6.697	296	97.910
PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013	100.000	71.820	94.251	3.600	1.683	95.934
ALPHA CREDIT GROUP-3.875%-17.09.2012	100.000	78.000	95.813	5.563	1.112	96.925
BANIF FINANCE(CAV)-TV-05.22.2012	44.000	39.820	42.638	3.288	84	42.722
CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014	100.000	95.475	97.987	687	462	98.449
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	84.250	96.048	1.108	1.967	98.015
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	84.000	93.780	1.858	2.575	96.356
EFG HELLAS PLC-4.375%-11.02.2013	100.000	60.750	88.613	9.083	3.872	92.485
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	93.758	91.603	1.313	3.820	95.423
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	47.973	47.848	438	378	48.225
MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	100.000	96.933	102.078	-904	3.180	105.257
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	80.000	54.571	72.835	865	623	73.458
PORTUGAL TELECOM INT FIN-6%-30.04.2013	100.000	98.417	102.728	-2.098	4.016	106.745
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	98.986	98.187	376	813	99.000
<b>Total</b>	<b>3.206.000</b>	<b>2.711.458</b>	<b>3.046.584</b>	<b>94.015</b>	<b>54.906</b>	<b>3.101.490</b>

## 19. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Valor
									Líquido
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	101.923					25.483		76.453
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas eléctricas	22.417	9.928					4.483		8.005
Equipamento informático - Computadores	58.357	47.880	21.225				18.036		13.666
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	617.145					154.285		771.420
Programas de computador	659	220	52.641				17.765		35.316
Equipamento informático	3.940	3.940							0

As aquisições de Ativos Tangíveis atingiram em 2012 o valor de 73.866 euros, tendo sido mantidos os critérios para o cálculo das depreciações no exercício.

Os movimentos ocorridos durante o ano 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.858	76.440					25.482		101.935
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas eléctricas	9.074	5.445	13.343				4.483		12.489
Equipamento informático - Computadores	43.097	37.403	15.260				10.478		10.477
Instalações Interiores - Obras diversas	1.542.850	462.860					154.285		925.705
Programas de computador			659				220		440
Equipamento informático			3.940				3.940		0
Total	1.798.879	582.148	33.203				198.888		1.051.046

Considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

## 20. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

(valores em euros)									
RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Final Valor
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	469.481	452.627					16.853		0
Total	469.481	452.627	0				16.853		0

Os movimentos ocorridos durante o ano 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	469.481	435.748					16.879		16.853
Total	469.481	435.748	0				16.879		16.853




Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

## 21. Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido é como segue:

	2012			2011		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3.336.644	398.429	2.938.215	3.482.808	450.606	3.032.202
Provisão para sinistros	9.877.253		9.877.253	11.023.553		11.023.553
Provisão para riscos em curso	668.823		668.823	2.226.294		2.226.294
<b>Total</b>	<b>13.882.720</b>	<b>398.429</b>	<b>13.484.291</b>	<b>16.732.655</b>	<b>450.606</b>	<b>16.282.049</b>

Em 2012 a principal variação ocorrida nas provisões técnicas decorrer da libertação de 1.557 milhares de euros da provisão para riscos em curso.

  
 35 



### Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

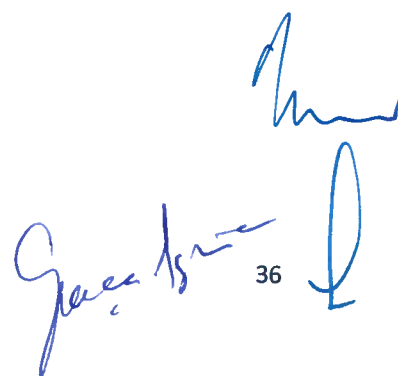
	2012			(valores em euros)		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
<b>Prémios não adquiridos</b>	<b>3.789.976</b>	<b>398.429</b>	<b>3.391.547</b>	<b>3.964.467</b>	<b>450.606</b>	<b>3.513.861</b>
Acidentes Pessoais	264		264			
Doença	414		414			
Automóvel	3.296.482		3.296.482	3.466.848		3.466.848
Proteção Jurídica	104.655		104.655	107.413		107.413
Assistência	388.162	398.429	-10.267	390.205	450.606	-60.401
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>-453.332</b>	<b>0</b>	<b>-453.332</b>	<b>-481.659</b>	<b>0</b>	<b>-481.659</b>
Acidentes Pessoais	-32		-32			
Doença	-49		-49			
Automóvel	-394.303		-394.303	-421.201		-421.201
Proteção Jurídica	-12.518		-12.518	-13.050		-13.050
Assistência	-46.429		-46.429	-47.408		-47.408
<b>Total</b>	<b>3.336.644</b>	<b>398.429</b>	<b>2.938.215</b>	<b>3.482.808</b>	<b>450.606</b>	<b>3.032.202</b>

### Provisão para sinistros

A Provisão para sinistros decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, como segue:

	2012			(valores em euros)		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
<b>Provisão para sinistros</b>						
Acidentes Pessoais	630		630			
Doença						
Automóvel	9.876.623		9.876.623	11.023.553		11.023.553
Proteção Jurídica						
Assistência						
<b>Total</b>	<b>9.877.253</b>		<b>9.877.253</b>	<b>11.023.553</b>		<b>11.023.553</b>

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 749.989 euros (2011: 959.403 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 473.674 euros (2011: 243.386 euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.



36

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2011, é a seguinte:

(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/11 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/12 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes Pessoais		15		15
Doença		24		24
Automóvel	11.023.553	4.680.979	4.983.854	-1.358.721
Responsabilidade Civil	9.328.209	3.566.563	4.695.735	-1.065.911
Outras coberturas	1.695.345	1.114.416	288.119	-292.810
Proteção jurídica		10.751		10.751
Assistência		39.876		39.876
<b>Total</b>	<b>11.023.553</b>	<b>4.731.645</b>	<b>4.983.854</b>	<b>-1.308.093</b>

\* Sinistros ocorridos no ano de 2011 e anteriores

E em 2011 foi:

(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/10 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/11 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Automóvel	11.133.202	4.340.273	4.026.355	-2.776.573
Responsabilidade Civil	9.377.639	3.056.707	3.633.517	-2.687.415
Outras coberturas	1.755.563	1.283.566	392.838	-79.158
Proteção jurídica		10.394		10.394
Assistência		37.757		37.757
<b>Total</b>	<b>11.133.202</b>	<b>4.388.423</b>	<b>4.026.355</b>	<b>-2.718.423</b>

\* Sinistros ocorridos no 2010 e anteriores

Os custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2012 são como segue:

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2012 (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes Pessoais		40	630	670
Doença		65		65
Automóvel	9.953.296	914.600	-963.049	9.904.847
Responsabilidade Civil	7.656.056	694.092	-353.183	7.996.965
Outras coberturas	2.297.240	220.508	-609.866	1.907.882
Proteção jurídica		29.036		29.036
Assistência		107.694		107.694
<b>Total</b>	<b>9.953.296</b>	<b>1.051.436</b>	<b>-962.419</b>	<b>10.042.312</b>



Os custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:




(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2011 (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Automóvel	9.961.090	926.425	497.079	11.384.594
Responsabilidade Civil	7.388.219	673.481	755.302	8.817.001
Outras coberturas	2.572.871	252.944	-258.223	2.567.592
Proteção jurídica		28.703		28.703
Assistência		104.272		104.272
<b>Total</b>	<b>9.961.090</b>	<b>1.059.400</b>	<b>497.079</b>	<b>11.517.569</b>

#### Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, como segue:

	2012			2011		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
<b>Provisão para riscos em curso</b>						
Acidentes Pessoais	955		955			
Doença						
Automóvel	637.020		637.020	2.096.150		2.096.150
Proteção Jurídica	6.551		6.551	28.092		28.092
Assistência	24.297		24.297	102.051		102.051
<b>Total</b>	<b>668.823</b>	<b>0</b>	<b>668.823</b>	<b>2.226.294</b>	<b>0</b>	<b>2.226.294</b>

A variação registada nesta provisão decorreu, em 2012, de uma melhoria generalizada (e nalguns casos expressiva) dos principais indicadores da Seguradora, resultando numa libertação de 1.557 milhares de euros.

  
 38 

## 22. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações

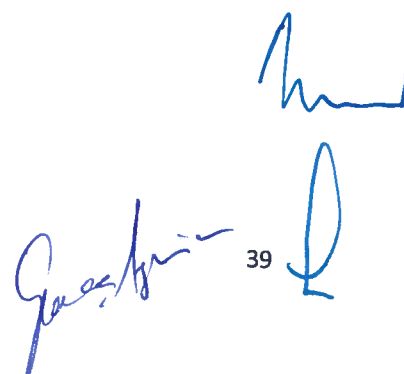
O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Recibos em cobrança (1)	1.572.521	1.544.090
Reembolsos de sinistros (2)	78.310	1.318
<b>Por operações de seguro direto</b>	<b>1.650.831</b>	<b>1.545.408</b>
Resseguradores conta corrente	0	6.823
<b>Por outras operações de resseguro</b>	<b>0</b>	<b>6.823</b>
Pessoal	538	332
IDS	927.102	1.082.880
Outros devedores (3)	98.424	170.868
<b>Por outras operações</b>	<b>1.026.064</b>	<b>1.254.080</b>
<b>Outros devedores por operações de seguros e por outras operações</b>	<b>2.676.895</b>	<b>2.806.312</b>

(1) A rubrica de recibos em cobrança relativo ao exercício de 2012 inclui um valor referente à receita antecipada não cobrada (correspondente aos recibos de prémio emitidos antes de iniciar o período de risco) no valor de 1.489.156euros (2011: 1.522.809 euros).

(2) Os valores referentes a reembolsos foram transferidos da rubrica Outros devedores para Reembolsos de sinistros, originando um incremento nesta rubrica.

(3) A rubrica de “Outros devedores por outras operações” sofreu uma diminuição relacionada com a passagem dos reembolsos para a rubrica Reembolsos de sinistros (2011: 82 milhares). Estão presentes nesta rubrica cerca de 55 milhares de euros referentes a recibos pendentes de liquidação.



### 23. Ativos e Passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2012	2011
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Imposto do selo		
Taxa FGA		
Taxa INEM		
Reembolsos Segurança Social	1.845	932
Pagamentos por conta		24.442
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	1.629	839
IRC a receber		32.710
<b>Total</b>	<b>3.474</b>	<b>58.923</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	3.742	4.070
Retenções na fonte	11.084	27.405
Imposto de selo	136.353	133.764
Taxa FGA	54.796	52.478
Taxa INEM		
Taxa ISP	14.575	14.947
Contribuições para a Segurança Social	16.411	16.755
IVA	6.412	2.257
<b>Total</b>	<b>243.374</b>	<b>251.677</b>

No exercício de 2012 não foram efetuados quaisquer ajustamentos ao imposto corrente proveniente de exercícios anteriores.

O quadro seguinte evidencia a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva, nos exercícios de 2012 e 2011:

	2012
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	1.139.305
Encargo de imposto nominal	
- a 26,5%	301.916
- Derrama estadual	0
	301.916
Encargo de imposto efetivo	
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	85.149
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	44.060
	129.209
Taxa efetiva	0
Diferença por reconciliar	172.707
Reconciliação da diferença:	
Outros (ajustamento do imposto diferido ativo associado aos prejuízos fiscais)	-158.014
Benefícios Fiscais	-278
Valias	-13.533
Dividendos	-2.718
Outros	212
Tributação autónoma	1.625
	-172.707

A rubrica de Ativos e Passivos de Impostos Diferidos decompõe-se em 2012 conforme a tabela abaixo.

As diferenças fiscais temporárias, que originam ativos e passivos por impostos diferidos, são as seguintes, em 2012 e em 2011:

	2012			Movimento no ano	(valores em euros) 2011		
	Totais	Ativas	Passivas		Totais	Ativas	Passivas
Diferenças temporárias							
PCES / Matéria coletável							
Reserva (mais/menos valias não realizadas)	23.424	93.866	-70.442	23.424		0	
Prejuízos fiscais	2.319.470	2.319.470	0	-176.238	2.495.708	2.495.708	0
<b>Totais</b>	<b>2.342.894</b>	<b>2.413.336</b>	<b>-70.442</b>	<b>-152.814</b>	<b>2.495.708</b>	<b>2.495.708</b>	<b>0</b>
Efeito fiscal:							
Capital próprio				5.854			
Ganhos e perdas				-44.060			
<b>Total</b>	<b>585.722</b>	<b>603.334</b>	<b>-17.613</b>	<b>-38.206</b>	<b>623.927</b>	<b>623.927</b>	<b>0</b>

O montante de imposto diferido reportado no Capital Próprio (Reserva por imposto diferido) ascende a 5.854.

#### 24. Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados os seguintes acréscimos e diferimentos:

	2012	2011
<b>Acréscimos e diferimentos ativos</b>		
Gastos diferidos com seguros	875	4.022
Outros gastos diferidos	22.453	14.670
Outros rendimentos diferidos	5	165
<b>Total</b>	<b>23.333</b>	<b>18.858</b>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Acréscimos de custos com remunerações (1)	-130.019	-105.289
Receita antecipada diferida (2)	-1.489.156	-1.522.809
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados (3)	-80.056	-32.341
<b>Total</b>	<b>-1.699.231</b>	<b>-1.660.440</b>

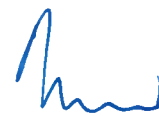


(1) Esta rubrica apresenta um ligeiro aumento, resultante de um incremento no quadro de pessoal e consequente aumento dos encargos sobre as remunerações, o que se reflete nos gastos relacionados com as férias, gratificações de balanço e plano individual de reforma.

(2) Ver explicação na Nota 23.

(3) A variação na rubrica "Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos" ocorrida, em 2012, diz respeito a custos ainda não faturados referentes a ações realizadas no final do exercício.

#### 25. Afetação dos investimentos e de outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Seguradora é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

  
 41 

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

(valores em euros)			
	2012		
	Seguros	Não Vida Afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	744.236		744.236
Outros investimentos financeiros			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.473.491		1.473.491
Títulos de dívida	1.883.929		1.883.929
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	4.634.913		4.634.913
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	8.350.229		8.350.229
Outros ativos tangíveis	180.972	723.888	904.860
Outros ativos		3.701.213	3.701.213
<b>Total</b>	<b>17.267.770</b>	<b>4.425.101</b>	<b>21.692.871</b>

(valores em euros)			
	2011		
	Seguros	Não Vida Afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.539.291		2.539.291
Outros investimentos financeiros			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.610.710		1.610.710
Títulos de dívida	2.445.726		2.445.726
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	9.205.541		9.205.541
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	3.101.490		3.101.490
Outros ativos tangíveis	210.209	840.837	1.051.046
Outros ativos		3.973.128	3.973.128
<b>Total</b>	<b>19.112.967</b>	<b>4.813.965</b>	<b>23.926.932</b>

Em 2012, a percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos da Sociedade é de 124% (2011: 113%).

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

## 26. Outros passivos financeiros

A Seguradora tem um empréstimo subordinado, no montante de 9 milhões de euros, concedido em 30 de Dezembro de 2009 pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA, o qual não tem prazo de reembolso definido e vence juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de um ponto percentual. O reembolso deste empréstimo será efetuado de uma só vez, com um período pré-aviso de cinco anos por parte da Seguradora à Lusitania ou mediante acordo prévio do ISP, sendo dispensado neste caso o pré-aviso anteriormente referido. Em 2012, o montante dos juros pagos relativos a este empréstimo subordinado ascendeu a 181.880 euros (ver nota 8) e, em 2011, ascendeu a 231.857 euros.

## 27. Outros credores por operações de seguros e por outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Estornos a pagar	5.455	5.995
<b>Por operações de seguro direto</b>	<b>5.455</b>	<b>5.995</b>
Resseguradores conta corrente	121.182	329.616
<b>Por outras operações de resseguro</b>	<b>121.182</b>	<b>329.616</b>
Fornecedores	78.661	128.895
Pessoal	1.205	150
Outros credores	5.796	468.180
<b>Por outras operações</b>	<b>85.662</b>	<b>597.225</b>
<b>Outros credores por operações de seguros e por outras operações</b>	<b>212.300</b>	<b>932.836</b>

Das variações ocorridas em “Outros credores por operações de seguros e por outras operações” salientamos o i) decréscimo acentuado verificado na rubrica “Outros credores” que se deveu, essencialmente, ao esforço efetuado em 2012 de regularização de saldos com a Lusitânia Companhia de Seguros, S.A., ii) a diminuição da rubrica de Resseguradores, pela regularização mais assertiva de saldos com estas entidades e iii) a diminuição verificada em “Fornecedores”, reflexo de maior eficiência no pagamento.

## 28. Capital próprio

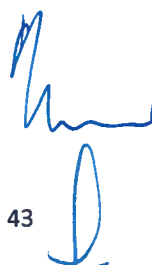
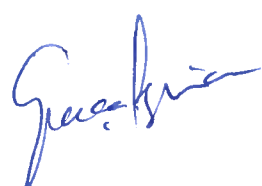
O Capital próprio da Seguradora em 31 de Dezembro de 2012 manteve-se negativo em €3.362 milhares (2011: negativo em €4.651 milhares), pois apesar do resultado positivo deste exercício, ainda não foi possível recuperar os resultados negativos dos anos anteriores (desde 2008). Considerando esta situação, o acionista deverá tomar as medidas julgadas convenientes para ultrapassar o incumprimento previsto no art. 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Não existem, por parte da Administração, projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações da N Seguros. Foi preparado, pela Administração um plano de negócio, para o período compreendido entre 2012 e 2015, no qual estão projetados os resultados futuros e a viabilidade da Sociedade. Salienta-se, ainda, que o resultado líquido obtido em 2012 foi superior ao previsto no plano de negócios.

### Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por dois milhões e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 Euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA.

A Seguradora apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da atividade, que se cifra em 152%, em 31 de Dezembro de 2012 (2011: 124%).



43

## Outros Instrumentos de Capital

Em 2011, o acionista, Lusitania – Companhia de Seguros, SA, investiu na Sociedade uma prestação acessória pecuniária sujeita ao regime de prestações suplementares, no montante de 2.500.000 euros, a qual se encontra registada em Outros Instrumentos de Capital. A referida prestação foi aprovada na ata n.º 7 da Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 2011. Os estatutos da Seguradora foram alterados em conformidade, conforme referido na mesma.

## Reserva de reavaliação

	(valores em euros)	
	2012	2011
Reservas:		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 16)	93.860	-119.992
Por reclassificação de ativos financeiros (Nota 18)	-70.452	-128.952
Reserva por impostos diferidos (Nota 23)	5.854	
<b>Total</b>	<b>29.268</b>	<b>-248.944</b>

## Resultados transitados

Em 2012, os resultados transitados da Companhia ascendem a um valor negativo de 19.401.731 euros. Em 2011 eram de 16.521.508 euros negativos. A variação resulta da incorporação dos resultados negativos do exercício de 2011, que ascenderam a 2.880.223 euros.

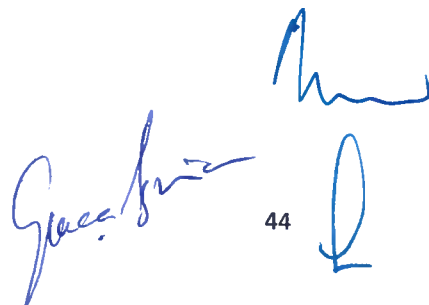
## Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Seguradora.

	(valores em euros)	
	2012	2011
Resultado Líquido do Exercício	1.010.096	-2.880.223
Número total de ações (Nota 24)	2.500.000	2.500.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>0,40</b>	<b>-1,15</b>

## 29. Transações com partes relacionadas

A N Seguros, S.A. é detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., cujo capital é detido em 64,22% pelo Montepio Geral - Associação Mutualista, 25,65% pela Caixa Económica Montepio Geral, 5,37% pela Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A. e 4,76% por restantes acionistas.



Nos exercícios de 2012 e 2011 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direcção Executiva:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Conselho de Administração		
Remunerações		14.036
Encargos sociais		2.754
Outras remunerações		
Conselho Fiscal	11.685	16.245
ROC* (com IVA)	66.860	59.831
	<b>78.545</b>	<b>81.678</b>
Direcção Executiva		
Remunerações	60.299	57.328
Encargos sociais	15.637	14.191
	<b>75.936</b>	<b>71.519</b>

\*valor dos serviços prestados com IVA incluído

O Conselho de administração da Sociedade é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), os quais não recebem qualquer remuneração pelos cargos exercidos.

Os honorários com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 66.860 euros (2011: 59.831euros), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas, a revisão do reporte semestral e anual efetuado pela Seguradora à Caixa Económica Montepio Geral, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP e a revisão do relatório enviado pela Seguradora ao ISP sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

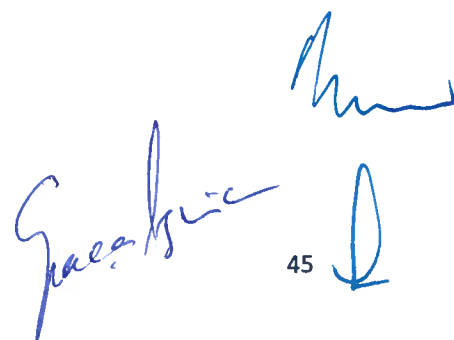
	(valores em euros)	
	2012	2011
Conselho Fiscal		
Presidente do Conselho Fiscal *	4.305	5.985
1º Vogal *	3.690	5.130
2º Vogal *	3.690	5.130
	<b>11.685</b>	<b>16.245</b>

\* Valor dos serviços prestados com IVA incluído

Dado que a N Seguros é detida pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA, que por sua vez pertence ao Grupo Montepio Geral, existem algumas sinergias possíveis de obter.

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as entidades especiais com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2012 e 2011:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A;
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A;
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Sociedade Portuguesa de Administrações S.A.




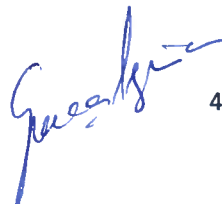


Nos exercícios de 2012 e 2011 as demonstrações financeiras da Seguradora incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

(valores em euros)				
2012				
SPA	Lusitania	Lusitania Vida	MG	Total
<b>Ativo</b>				
Depósitos à ordem			80.381	80.381
Empréstimos e contas a receber			4.634.913	4.634.913
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.866			3.866
<b>Passivo</b>				
Passivos Subordinados	9.000.000			9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.763			5.763
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	12.500.000			12.500.000
Outros instrumentos de capital	2.500.000			2.500.000
<b>Ganhos e Perdas</b>				
Fornecimentos e Serviços Externos	-310	-123.990	-9.813	-134.114
Juros de depósitos a prazo			221.163	221.163
Juros de empréstimo subordinado		-181.880		-181.880

(valores em euros)				
2011				
SPA	Lusitania		MG	Total
<b>Ativo</b>				
Depósitos à ordem			2.225.499	2.225.499
Empréstimos e contas a receber			4.683.750	4.683.750
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			147.457	147.457
Investimentos a deter à maturidade				
<b>Passivo</b>				
Passivos Subordinados	9.000.000			9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	445.376			445.376
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	12.500.000			12.500.000
Outros instrumentos de capital	2.500.000			2.500.000
<b>Ganhos e Perdas</b>				
Fornecimentos e Serviços Externos	-91.738	-17.638	-1.562	-110.938
Juros de depósitos a prazo			413.250	413.250
Juros de empréstimo subordinado		-231.857		-231.857

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

  
  
46

### 30. Gestão de riscos

**Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos**

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.
- **Risco de Provisionamento:** é o risco das provisões para sinistros constituídas se revelarem insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Seguradora é transferida para um ressegurador (ou um conjunto de resseguradores).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a N Seguros tem realizado um esforço para diversificar o seu negócio por segmento de clientes e ramos de atividade.

**Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores**

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2011 aos valores efetivamente verificados, apurou-se:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

(valores em euros)

Ano Ocorrência	Provisão IBNR 31/12/2011	Custos com sinistros IBNR (1)	Suficiência
2008		-79.205	79.205
2009	9.935	-61.107	71.043
2010	143.186	-32.806	175.992
2011	806.282	468.964	337.318
<b>Total</b>	<b>959.403</b>	<b>295.845</b>	<b>663.558</b>

(1) Sinistros reportados no ano mas ocorridos em anos anteriores.

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RC D Materiais			RC D Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2008 - 1T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008 - 2T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008 - 3T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008 - 4T	0	0	0	0	0	0	0	1	-1
2009 - 1T	0	1	-1	0	0	0	0	1	-1
2009 - 2T	0	1	-1	0	1	-1	0	4	-4
2009 - 3T	1	3	-2	0	2	-2	2	4	-2
2009 - 4T	2	7	-5	0	3	-3	5	7	-2
2010 - 1T	4	3	1	1	3	-2	13	50	-37
2010 - 2T	5	7	-2	1	0	1	25	66	-41
2010 - 3T	7	6	1	1	0	1	48	41	7
2010 - 4T	9	14	-5	2	4	-2	82	33	49
2011 - 1T	12	11	1	2	1	1	111	2	109
2011 - 2T	18	14	4	3	1	2	148	2	146
2011 - 3T	29	18	11	4	2	2	185	6	179
2011 - 4T	218	138	80	12	8	4	477	62	415
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>223</b>	<b>82</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>1.096</b>	<b>279 (1)</b>	<b>817</b>

(1) Valores previstos influenciados por histórico de sinistros de QIV por abrir em 31/12/n

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Sociedade, optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável, relativamente a sinistros do exercício, implica uma alteração mais que proporcional, em 32,04% no resultado da Sociedade.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
 48

**Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.**

A N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Seguradora está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Seguradora, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Seguradora está exposta são:

- Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de ações, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Como forma de mitigar o risco de concentração da Seguradora, em 2012, foram reinvestidos em títulos de obrigações a taxa fixa, os 4,5 milhões de euros referentes ao depósito a prazo aplicado no Banco Finantia.

Na N Seguros a gestão do risco de mercado respeita as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

O risco de mercado encontra-se, essencialmente, em território português ou da União Europeia.

Em 2012, a sensibilidade da carteira a variações de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa de juro de mercado aumentou de 1.3 para 1.9. A subida em 1 p.p. da taxa de juro traduzir-se-ia, em Dezembro de 2012, numa desvalorização da carteira total de 1.9%. Este aumento prende-se, essencialmente, com a extensão das maturidades médias das obrigações detidas em carteira. Durante o ano de 2012 procedeu-se ao reinvestimento das obrigações maturadas, em novas obrigações de maturidades mais longas, de forma a obter uma rentabilidade média esperada para a carteira da N Seguros, nos próximos anos.

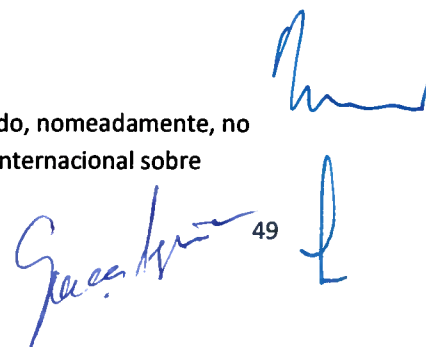
Apesar do aumento da *Duration* da carteira de investimentos, em 2012, esta não deixou de apresentar um nível de risco de mercado de taxa juro relativamente baixo, quando comparado com alguns índices de referência no mercado e fundos de obrigações das diversas classes:

EFFAS > 1 Ano (dívida pública): *duration* em Dez-2012 de 6.45

Generali Euro Bond Fund (dívida corporate): *duration* em Dez-2012 de 3.55

Muzinich Europeyield Euro High Yield Fund: *duration* em Dez-2012 de 3.57

Em 2012, aumentaram-se os níveis de *duration* da carteira e de risco de mercado, nomeadamente, no mercado de obrigações financeiras e não financeiras. A mudança da perceção internacional sobre



Portugal e a atitude decisiva do Banco Central Europeu em resolver a crise europeia foram decisivas para a redução do prémio de risco dos países periféricos, provocando uma forte procura por ativos financeiros desses países e proporcionando boas performances para os detentores dos mesmos.

N Seguros	Dez-11	Jun-12	Dez-12
<i>Duration</i>	1.3	1.6	1.9

(Em número de anos)


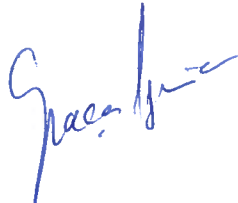

- Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Seguradora se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Seguradora com emitentes de valores mobiliários, devedores, tomadores de seguros e resseguradores.

Ao longo de 2012, o *spread* médio da carteira reduziu de 942 pontos base (p.b.) para 421 p.b. e a notação de rating médio diminuiu ligeiramente de BB+ para BB. O esforço de consolidação orçamental e as medidas de austeridade implementadas pelos países intervencionados resultaram num aumento da confiança na resolução da crise Europeia.

A afirmação da irreversibilidade do euro, pelo presidente do BCE, em meados do ano, alterou o ciclo depressivo dos países da zona Euro. A redução do prémio de risco exigido pelos investidores para os investimentos na zona euro, sobretudo, nos países periféricos, muito contribuiu para uma redução do risco de crédito da carteira. Apesar de não terem existido alterações do *rating* de Portugal em 2012, o risco de crédito associado a emissões de obrigações nacionais reduziu-se fortemente, devido ao impacto da queda do prémio de risco das obrigações soberanas portuguesas., Esse impacto foi também notório na queda do *spread* médio da carteira de investimentos da N Seguros, durante o ano.

N Seguros	Dez-11	Jun-12	Dez-12
<i>Spread</i> médio	942	717	421
<i>Rating</i> médio	BB+	BB	BB

  
 50 

Adicionalmente, podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, possuídos em carteira pela Seguradora, no quadro seguinte:

Rating	2012	Peso	2011	Peso
AAA		0%	120.798	2%
AA		0%	107.400	2%
AA-		0%	95.969	2%
A+		0%	615.797	12%
A		0%	98.444	2%
A-		0%	315.817	6%
BBB+		0%	296.224	6%
BBB	505.707	5%	694.957	13%
BBB-	100.641	1%	263.382	5%
BB+	1.053.279	10%	1.947.711	37%
BB	2.769.628	27%	399.629	8%
BB-	3.081.730	30%	113.431	2%
B	583.826	6%	0	0%
CCC		0%	143.778	3%
CCC-	102.397	1%	0	0%
n.a.	2.163.445	21%	0	0%
<b>Total</b>	<b>10.360.653</b>	<b>100%</b>	<b>5.213.338</b>	<b>100%</b>

De salientar que os valores apresentados nos quadros dos títulos de dívida encontram-se a considerar os títulos detidos até à maturidade ao valor de mercado, enquanto nas demonstrações financeiras estes encontram-se ao custo alisado.

Como podemos verificar, os títulos de dívida com rating BB+ e BB representam 37%, dos títulos de dívida (2011: 45%).

De acordo com a IFRS 7, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

**Nível 1** – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;

**Nível 2** – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;

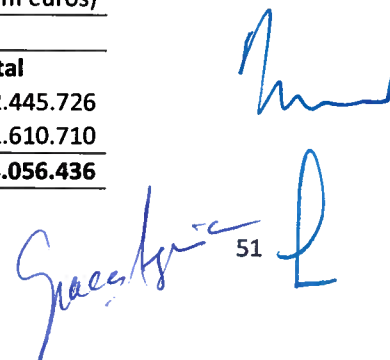
**Nível 3** - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

(valores em euros)				
2012				
Tipo de Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento Fixo	1.883.929			1.883.929
Títulos de rendimento Variável	1.473.491			1.473.491
<b>TOTAL</b>	<b>3.357.420</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.357.420</b>

(valores em euros)				
2011				
Tipo de Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento Fixo	1.947.276	498.450		2.445.726
Títulos de rendimento Variável	1.610.710			1.610.710
<b>TOTAL</b>	<b>3.557.986</b>	<b>498.450</b>		<b>4.056.436</b>



Durante os exercícios de 2012 e 2011, a N Seguros apresentou movimentos contabilísticos com diversos resseguradores, os quais detinham os *ratings* da Standard & Poor's abaixo indicados:

RESSEGURADOR	2012	2011
EUROP ASSISTANCE	NR	NR
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	AA-	AA-
PARTNER RE PER AON BENFIELD	AA-	A+
HANNOVER RUCK	AA-	AA-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A-	A-
R+V PER AON BENFIELD	AA-	AA-
SCOR IBERICA LTD	A+	A
NACIONAL REASEGUROS PER AON BENFIELD	A-	A
SWISS RE EUROPE SUCURSAL ESPANHA	AA-	A+
GROUPE AZUR	*	-
MAPFRE RE	-	A
MMA	-	*
SIRIUS	-	A-
TRANS RE	-	A+

*\*empresa mútua não cotada em bolsa*

Adicionalmente efetuou-se a desagregação dos títulos de dívida, pelos vários sectores de atividade:

Sector	2012	Peso	2011	Peso
Basic Materials		0%	109.656	2%
Communications	351.341	3%	373.388	7%
Consumer, Cyclical		0%	53.269	1%
Consumer, Non-cyclical		0%	159.349	3%
Energy	2.694.858	26%	161.981	3%
Financial	2.375.057	23%	2.088.991	40%
Government	1.615.440	16%	1.797.170	34%
Utilities	2.330.505	22%	469.533	9%
Industrial	455115,7	4%	0	0%
Diversified	538335,86	5%	0	0%
<b>Total</b>	<b>10.360.653</b>	<b>100%</b>	<b>5.213.338</b>	<b>100%</b>

Como podemos verificar, em 2012, 48% estão em sectores sólidos como o da energia e Utilities e 39% dos títulos de dívida em carteira respeitam ao sector bancários e a dívida governamental.

*Grace Garcia*



De seguida são apresentados os títulos de dívida por país do emitente:

Country Risk	2012	Peso	2011	Peso
ALEMANHA		0%	174.067	3%
ESPAÑA	606.348	6%	807.500	15%
ESTADOS UNIDOS		0%	107.400	2%
FRANÇA		0%	54.818	1%
GRÉCIA			143.778	3%
HOLANDA	949.847	9%	221.410	4%
ITÁLIA	103.431	1%	551.375	11%
PORTUGAL	8.598.629	83%	2.988.168	57%
REINO UNIDO	102.397	1%	164.824	3%
<b>Total</b>	<b>10.360.653</b>	<b>100%</b>	<b>5.213.338</b>	<b>100%</b>

Como podemos verificar no quadro acima, 83% dos títulos de dívida detidos pela Seguradora são de emitentes portugueses.

De seguida apresentamos os títulos de dívida pública por país:

Dívida pública	2012	Peso	2011	Peso
ALEMANHA		0%	120.798	7%
ESPAÑA	238.473	12%	318.868	18%
ITÁLIA		0%	98.444	5%
PORTUGAL	1.671.738	88%	1.259.060	70%
HOLANDA		0%	0	0%
FRANÇA		0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>1.910.211</b>	<b>100%</b>	<b>1.797.170</b>	<b>100%</b>

Verificamos que em 2012, 88% da dívida pública é a portuguesa (2011: 70%).

- Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Seguradora não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.


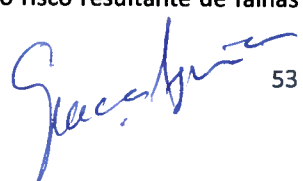
No quadro seguinte podemos verificar a maturidade dos títulos de dívida que se encontram na carteira da Seguradora, assim temos:

Maturidade dos ativos	2012	Peso	2011	Peso
[0 - 1] Yr or Open-ended	5.756.776	56%	1.684.748	32%
[1 - 3] Yr	3.158.377	30%	2.252.882	43%
[3 - 5] Yr	716.560	7%	565.847	11%
[5 - 10] Yr	728.940	7%	709.862	14%
<b>Total</b>	<b>10.360.653</b>	<b>100%</b>	<b>5.213.338</b>	<b>100%</b>

Como podemos verificar no quadro acima 86%, dos títulos de dívida que a Seguradora tem na sua carteira de investimentos, vencem-se no máximo de três anos.

- Risco Operacional

Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas

  
  
53



no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

O modelo de redundância de gestão de sistemas de informação existente na N Seguros permite à Seguradora o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra disrupção na continuidade do negócio.

A gestão estratégica de ativos é decidida pelo Conselho de Administração em conformidade com a estratégia empresarial aprovada e executada pela Direcção Executiva, tendo em conta que os mesmos devem ser realizados dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

A política de gestão de risco da Seguradora assenta no princípio da gestão integrada do risco (*risk management*) enquanto ferramenta de gestão estratégica, geradora de valor, a qual aporta vantagens competitivas, materializando-se na organização através da:

- Cultura de risco – envolvendo diversas áreas técnicas e operacionais da Seguradora;
- Consideração de critérios de gestão de risco na tomada de decisões a nível estratégico, operacional e de controlo;
- Ligação do risco aos processos de negócio e suporte, os quais são transversais à atividade;
- Existência de uma dimensão de controlo.

#### 1.º Nível – Estratégico:

A gestão integrada de riscos tem como objetivos, num primeiro nível:

- A avaliação dos riscos;
- A definição do *risk appetite* e da *risk tolerance*;
- A integração do risco no processo de tomada de decisões estratégicas.

#### 2.º Nível – Operacional:

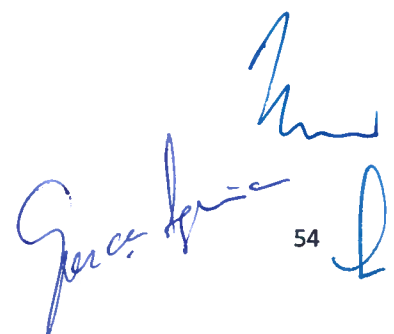
- Num segundo nível, por sua vez, teremos as funções de risco e controlo, responsáveis por definir a política de *risk management* e implementar os processos e ferramentas de avaliação, monitorização e gestão.

#### 3.º Nível – Controlo:

- Por último, o controlo associado a questões de *compliance*, a estratégia, processos, políticas e procedimentos definidos.

### 31. Solvência

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R e 4/2011-R emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.



54

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2012 e 2011 apresenta-se de seguida:

	(valores em euros)	
	2012	2011
Capital	12.500.000	12.500.000
Outros instrumentos de capital	2.500.000	2.500.000
Reservas	23.414	-248.944
Resultados Transitados	-19.401.731	-16.521.508
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efetivas	1.010.096	-2.880.223
Reserva por Impostos Diferidos	5.854	
<b>Valor de Balanço</b>	<b>-3.362.367</b>	<b>-4.650.675</b>
Ajustamentos	9.000.000	8.983.147
Margem de Solvência disponível	5.631.779	4.332.471
Margem de Solvência requerida	3.700.000	3.500.000
<b>Rácio de Solvência</b>	<b>152%</b>	<b>124%</b>

### 32. Compromissos



Durante o ano de 2012, a N Seguros registou na contabilidade apenas contratos de locação operacional, tratando-se de contratos de aluguer operacional de viaturas (*renting*).

	2012		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacionais de viaturas	29.490	4.338	19.685
<b>Total</b>	<b>29.490</b>	<b>4.338</b>	<b>19.685</b>

	2011		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacionais de viaturas	29.490	4.338	24.022
<b>Total</b>	<b>29.490</b>	<b>4.338</b>	<b>24.022</b>

### 33. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

 55 

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS  
31 de Dezembro de 2012

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	(valores em euros)	
							Valor de Balanço	
							unitário*	Total
PTCMKXOE0001	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV-23.07.2018		50.000	75,28		37.639	75,82	37.908
	sub-total		50.000			37.639		37.908
	total		50.000			37.639		37.908
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 Ações							
	sub-total	0				0		0
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
	OT - 3.35% (15.10.2015)		100.000	99,82		99.820	94,58	94.582
PTOTE3OE0017	OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014		167.000	86,62		144.662	92,80	154.973
PTOTE1OE0019	OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013		330.000	92,52		305.323	97,95	323.234
PTOTEGOE0009	OT - 3.6%-15.10.2014		200.000	99,27		198.542	97,67	195.345
PTOTEOOE0017	OT-4.45%-15.06.2018		100.000	100,40		100.397	93,60	93.597
PTOTENOE0018	OT-4.8%-15.06.2020		90.000	97,33		87.594	91,98	82.785
PTOTECOE0029	OT - 3.35% (15.10.2015)		50.000	96,55		48.276	98,97	49.483
PTOTE3OE0017	OT - 3.85% (15.04.2021)		100.000	78,91		78.907	84,44	84.442
PTOTEYOE0007								
	sub-total		1.137.000			1.063.521		1.078.442
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBCT3OM0000	BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014		80.000	96,01		76.809	89,04	71.231
PTBCLQOM0010	BCP - 5.625% - 23.04.2014		100.000	100,80		100.802	104,60	104.602
PTBLMGOM0002	BES-5.625%-05.06.2014		400.000	101,41		405.649	101,71	406.842
PTBLMWOM0002	BES-TV-25.02.2013		100.000	99,84		99.841	98,93	98.934
PTCG32OM0004	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015		650.000	104,35		678.275	105,87	688.176
PTPETQOM0006	PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013		250.000	98,66		246.662	100,09	250.230
PTCG25OM0029	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 5.625%-04.12.15		400.000	101,15		404.610	103,19	412.764
X50202475173	PARPUBLICA 4.191% - 15.10.2014		300.000	97,05		291.151	98,23	294.702
PTBESWOM0013	BANCO ESPIRITO SANTO SAS.875%-09.11.2015		200.000	99,67		199.331	103,67	207.342
714910026901	ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 1º 21/06/2012 - 14/06/2013		2.200.000			2.200.000		2.285.085
714910049916	MARQUES DISTRIBUIÇÃO SGPS SA 16º 06/11/2012 - 06/03/2013		500.000			500.000		504.779
714910026908	ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 8º 20/08/2012 - 18/02/2013		400.000			400.000		409.773
714910050004	A SILVA & SILVA - 4º 19/09/2012 - 19/03/2013		300.000			300.000		305.564
714910041405	MARTIFER. SGPS SA 17/09/2012 - 15/03/2013		300.000			300.000		305.681
714910053104	RAPORAL - 4º 08/03/2012 - 04/03/2013		100.000			100.000		105.431
714910049506	CELTEJO - EMP CELULOSE DO TEJO 6º 11/10/2012 - 14/01/2013		400.000			394.507		399.181
714910049406	CELBI - CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL, SA 6º 11/10/2012 - 14/01/2013		150.000			147.940		149.693
714910051109	ROLEAR MAIS 9º 23/04/2012 - 21/01/2013		150.000			141.720		149.552
714910049607	VISABEIRA TURISMO, SGPS SA 7º 29/05/2012 - 21/05/2013		250.000			234.324		243.565
	sub-total		7.230.000			7.221.623		7.393.126
	total	0	8.367.000			8.285.144		8.471.568
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 Ações							
	sub-total	0				0		0
	2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0220378110	BPI HIGH INCOME LUX (I)	87.444			7,83	684.377	8,17	714.417
LU0220378623	BPI UNIVERSAL LUX (I)	14.282			6,82	97.379	6,80	97.116
IE0005315449	MUZIN-EUROPEYELD_DISCRETION	3.874			163,49	633.353	170,87	661.958
	sub-total	105.600				1.415.109		1.473.491
	2.2.2 Títulos de dívida							
	2.2.2.1 De dívida pública							
ES0000012106	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4.3%-31.10.2019		80.000	101,78		81.423	98,44	78.755
ES00000122T3	BONOS Y OBLIG. ESTADO-4.85%-31.10.2020		160.000	106,09		169.748	99,79	159.657
	sub-total		240.000			251.171		238.412
	2.2.2.3 - De outros emissores							
ES0340609009	CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014		100.000	99,52		99.523	99,14	99.144
X50221295628	EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)		100.000	100,16		100.162	99,14	99.144
X50495010133	EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015		100.000	99,42		99.417	98,26	98.264
X50443680052	EPG HELLAS PLC-4.375%-11.02.2013		100.000	99,25		99.245	102,64	102.636
X50479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018		100.000	99,87		99.868	96,76	96.759
X50548801207	IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016		50.000	99,86		49.929	97,34	48.669
X50426505102	MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014		100.000	103,92		103.920	104,37	104.367
X50462994343	PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019		80.000	99,90		79.922	92,92	74.338
X50426126180	PORTUGAL TELECOM INT.FIN-6%-30.04.2013		100.000	107,86		107.859	104,69	104.694
X50545097742	RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016		100.000	100,20		100.202	99,38	99.380
X50831842645	EDP FINANCE BV 5.75% - 21.09.2017		362.000	99,57		360.435	108,69	393.462
X50587805457	PORTUGAL TELECOM I.F.-5.625%-08.02.2016		150.000	101,18		151.766	110,28	165.413
	sub-total		1.442.000			1.452.249		1.486.271
	total	105.600	1.682.000			3.118.530		3.198.173
	3 - TOTAL GERAL	105.600	10.099.000			11.441.313		11.707.649

\* Inclui o valor dos juros decorridos

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2012  
Anexo 2

	(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/11 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/12 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)	
Não Vida					
Acidentes Pessoais		15			15
Doença		24			24
Automóvel			4.983.854		-1.358.721
Responsabilidade Civil	11.023.553	4.680.979	4.695.735		-1.065.911
Outras coberturas	9.328.209	3.566.563	288.119		-292.810
Protecção jurídica	1.695.345	1.114.416			10.751
Assistência		10.751			39.876
		39.876			
Total	11.023.553	4.731.645	4.983.854		-1.308.055

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Técnico Oficial de Contas

*Gaes Bui*

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

*Luís Lima*

*M*

Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2012 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				0
Acidentes Pessoais		40	630	670
Doença		65		65
Automóvel	9.953.296	914.600	-963.049	9.904.847
Responsabilidade Civil	7.656.056	694.092	-353.183	7.996.965
Outras coberturas	2.297.240	220.508	-609.866	1.907.882
Protecção jurídica		29.036		29.036
Assistência		107.694		107.694
Total	9.953.296	1.051.436	-962.419	10.042.312

Técnico Oficial de Contas

*Graça Mota*  
Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar


Conselho de Administração

*Virgílio Lima*  
Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2012  
Anexo 4

Discriminação de alguns valores por ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	(valores em euros)	
					Saldo de Resseguro	
Seguro Directo						
Acidentes Pessoais	461	196	670	42		
Doença	750	336	65	70		
Automóvel	10.530.009	10.700.376	9.904.847	1.705.587		-86.234
Responsabilidade Civil	7.991.244	8.009.824	7.996.965	1.280.922		-86.234
Outras coberturas	2.538.766	2.690.552	1.907.882	424.665		
Protecção jurídica	334.300	337.058	29.036	53.826		
Assistência	1.239.913	1.241.956	107.694	198.645		-1.324.886
Total	12.105.432	12.279.923	10.042.312	1.958.169		-1.411.121

Técnico Oficial de Contas



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo



**N Seguros, S.A.**

Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20  
Moreira da Maia 4470-440 Maia

info@nseguros.pt www.nseguros.pt  
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2012

**N SEGUROS, S.A.**



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Introdução***

1 Examinámos as demonstrações financeiras da N Seguros, SA, as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 21.692.870 euros e um total de capital próprio negativo de 3.362.368 euros, incluindo um resultado líquido de 1.010.096 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*

*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*

*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*

*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077



### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da N Seguros, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### **Ênfase**

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, salientamos que o capital próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2012 é negativo em 3.362 milhares de euros (2011: negativo em 4.651 milhares de euros), na sequência dos resultados negativos obtidos em anos anteriores. A continuidade das operações da Sociedade encontra-se dependente do sucesso das operações futuras e do apoio financeiro do seu acionista único (Lusitania, Companhia de Seguros, SA). Desta forma, o acionista único deverá tomar as medidas julgadas convenientes para ultrapassar o incumprimento previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

22 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.